

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: desafios e percepções

Adrielli Silva Polidório  
Discente do Curso de Licenciatura em Matemática – Uni-FACEF  
adriellis961@gmail.com

Laura Pires de Matos  
Discente do Curso de Licenciatura em Matemática – Uni-FACEF  
laurapmatos0809@gmail.com

Prof<sup>a</sup>. Ms. Letícia Faleiros Chaves Rodrigues  
Mestre em Matemática Universitária e Docente do Uni-FACEF  
leticia@facef.br

### RESUMO

A educação financeira é um tema que tem ganhado cada dia mais relevância com o passar dos anos em todas as áreas, bem como na educação, levando as instituições de ensino a buscar formas de transmitir e construir junto aos alunos a importância em saber lidar adequadamente com o dinheiro. Com esses pensamentos, o trabalho foi desenvolvido com o objetivo geral de analisar como é realizado o ensino sobre educação financeira nas escolas, verificando se esse tipo de conteúdo tem, de fato, preparado os alunos para o futuro, sob uma perspectiva de conscientização no uso do dinheiro. Além de analisar esses aspectos junto às instituições escolares, o trabalho ainda apresentou uma análise dos fundamentos da educação financeira no Brasil, destacando aqueles conceitos mais conhecidos e aplicados pelas pessoas, como juros e investimentos, por exemplo. Foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica, a qual serviu de base teórica para o desenvolvimento do estudo de caso, que foi realizado em duas instituições de ensino – uma pública e uma privada – por meio da aplicação de um questionário aos alunos do Ensino Fundamental II e Médio, com idade entre 15 e 18 anos. Os resultados deste estudo revelaram que, apesar de muitos alunos demonstrarem conhecimento sobre educação financeira, ainda há lacunas significativas na inserção desse tema de forma sistemática nos currículos escolares. O trabalho também destacou a importância do planejamento financeiro e como, atualmente, ferramentas digitais, como aplicativos, podem auxiliar nesse processo, promovendo maior organização e controle das finanças pessoais. Dessa forma, a partir dos casos analisados, foi possível notar que é fundamental que as escolas incluam a educação financeira em seus programas de ensino, visando formar cidadãos capazes de lidar com suas finanças de maneira consciente e responsável, prevenindo problemas como endividamento e inadimplência.

**Palavras-chave:** Dinheiro. Educação. Finanças. Planejamento.

## ABSTRACT

Financial education is a topic that has gained increasing relevance over the years across all areas, including education, encouraging educational institutions to seek ways to teach and instill in students the importance of managing money responsibly. With this in mind, this study aimed to analyze how financial education is taught in schools, assessing whether this type of content has effectively prepared students for the future, focusing on raising awareness about the use of money. In addition to examining these aspects in schools, the study also presented an analysis of the foundations of financial education in Brazil, highlighting the most well-known and applied concepts, such as interest rates and investments. The research began with a bibliographical review, which provided the theoretical foundation for the development of the case study. The case study was conducted in two schools—one public and one private—by applying a questionnaire to students from middle and high school, aged between 15 and 18. The results of this study revealed that, although many students demonstrated knowledge about financial education, significant gaps remain in the systematic inclusion of this topic in school curricula. The study also emphasized the importance of financial planning and how, nowadays, digital tools, such as mobile applications, can aid this process, promoting better organization and control of personal finances. Thus, based on the cases analyzed, it became clear that schools must include financial education in their teaching programs to prepare students to manage their finances consciously and responsibly, helping to prevent issues such as debt and default.

**Keywords:** Money. Education. Finance. Planning.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação financeira tem se tornado um tema de crescente relevância nos últimos anos, especialmente no ambiente escolar. Seu ensino é fundamental para a vida das pessoas, pois capacita os indivíduos a lidar com o dinheiro de forma consciente e eficiente, promovendo um planejamento adequado e evitando problemas como o endividamento.

Na sociedade atual, de caráter capitalista, o conhecimento sobre finanças é cada vez mais indispensável. É essencial que as pessoas compreendam aspectos relacionados à Matemática e ao uso inteligente dos recursos financeiros. Essa competência pode ser adquirida por meio de diversos métodos, sendo o ensino nas escolas um dos mais eficazes. Ao proporcionar habilidades relacionadas ao gerenciamento de finanças pessoais, investimentos e orçamentos, as escolas desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios financeiros do futuro.

A aquisição de conhecimento acerca do dinheiro, torna os indivíduos mais preparados para atuar de maneira consciente no mercado. A falta de planejamento econômico pode resultar em dívidas que afetam negativamente vários aspectos da vida pessoal e profissional, tornando o endividamento uma questão social significativa.

O conhecimento sobre finanças é fundamental para que as pessoas possam se planejar adequadamente, evitando problemas nessa área ao longo da vida. Quando esses conceitos são ensinados desde cedo, os indivíduos têm maior capacidade de gerir suas finanças de maneira estratégica, garantindo uma vida financeira mais equilibrada.

Diante disso, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de responder à seguinte questão: qual é a importância da educação financeira e como ela pode contribuir positivamente para o futuro dos alunos? Quando os indivíduos recebem uma formação adequada nessa área de conhecimento, eles tendem a ter maior controle sobre seus recursos, são mais propensos a investir e planejar seu futuro, apresentando menores índices de endividamento.

Com base nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o ensino de educação financeira, evidenciando se a formação oferecida nas instituições tem preparado os alunos para o futuro. Para tanto, o estudo foi dividido em uma análise sobre a importância da educação financeira, um levantamento bibliográfico sobre seus fundamentos e um estudo de caso que investigou o impacto dessa educação em duas instituições de ensino, uma pública e outra particular, na cidade de Franca, São Paulo.

Desta forma, o trabalho foi dividido em quatro capítulos principais.

No capítulo dois, foi apresentada uma análise sobre a educação financeira no Brasil, discutindo a sua importância desde cedo e evidenciando a falta de ênfase dessa disciplina no currículo escolar. Além disso, foram abordados os impactos negativos que a ausência de conhecimentos na área econômica tem sobre o endividamento e a inadimplência dos indivíduos, demonstrando a relevância de se incluir esses ensinamentos desde o ensino básico.

Em seguida, no capítulo três, foram explorados os principais fundamentos da educação financeira, com foco em conceitos essenciais como taxas de juros, juros simples e compostos, e as principais aplicações. Também foi discutido o planejamento e a sua importância para que os indivíduos possam gerenciar melhor seus recursos e alcançar estabilidade ao longo da vida.

Por fim, no capítulo quatro, foi realizada a parte prática da proposta e a análise dos resultados de um questionário aplicado a estudantes de escolas públicas e particulares, na cidade de Franca, São Paulo. Essa pesquisa teve como objetivo investigar o nível de compreensão dos alunos sobre educação financeira.

Com essa divisão, o trabalho buscou responder à questão principal e destacar a necessidade de um ensino mais robusto e estruturado sobre educação financeira nas escolas brasileiras, a fim de preparar os alunos para tomarem decisões conscientes e responsáveis ao longo de suas vidas .

## 2 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

As pessoas lidam diariamente com questões financeiras, tomando, muitas vezes, decisões em situações que impactam o orçamento familiar, o que requer delas, conhecimento financeiro para lidar com essas questões da melhor forma possível. Atualmente muito tem se falado acerca da educação financeira, porém, é importante compreender como, historicamente, ela alcançou a atenção atual.

A educação financeira, de modo geral é

[...] um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro. A atual Constituição brasileira vincula a educação ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o exercício da cidadania. Desta forma a educação financeira entra com essa participação cidadã, uma vez que esta viabiliza o entendimento da sociedade sobre as finanças pessoais e nacionais (Cordeiro; Costa; Silva, 2018, p.70).

De acordo com Cordeiro, Costa e Silva (2018) até por volta do ano de 2010 havia poucas ações voltadas para a educação financeira em si, considerando o nascimento desta no Brasil a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o Decreto nº 7397/2010. Foi a partir daí que a prática da educação financeira ganhou repercussão, principalmente no âmbito escolar.

Teixeira (2019) aponta que, no contexto histórico das finanças no Brasil, o assunto sobre educação financeira é algo novo. A história do país foi marcada por instabilidade econômica e inflação, e o que se nota é que o brasileiro não possui o hábito de se planejar financeiramente, poupar ou tratar com a família sobre finanças.

A primeira forma de pagamento adotada no Brasil foi a troca de mercadorias e metais adotados para a comercialização. Hoje em dia, a moeda utilizada é o real, algo que, segundo Teixeira (2019), influencia a instabilidade econômica do país.

De acordo com D'Aquino (2008) em 52 anos o Brasil mudou de moeda oito vezes, seis delas nos últimos 20 anos. A inflação era algo marcante e as pessoas compravam antes dos preços mudarem, visto que durante um período o preço das mercadorias era um pela manhã e, à tarde, o mesmo já havia sido alterado. Assim, por esse mesmo fator, qualquer tentativa de planejamento financeiro apresentava

resultados desanimadores e as pessoas deixavam de lado.

Teixeira (2019) aponta que o contexto histórico do Brasil junto à consciência financeira pode ser dividido em três momentos diferentes: o primeiro após o término do regime militar com os altos índices de inflação, desestabilização da moeda nacional e acesso restrito à educação financeira; o segundo com a implementação do plano real em 1994, que estabilizou a economia e diminuiu a inflação; e o terceiro momento que foi determinante para a conscientização da educação financeira, com o acesso ao crédito e sua expansão.

Sobre isso Mora (2015, p.21) destacou que:

O aumento do crédito concedido à pessoa física com recursos livres passou de 6,1% do PIB, em dezembro de 2002, para 14,9% do PIB em dezembro de 2010. Isso pode ser atribuído, em grande medida, ao advento do crédito consignado, à facilidade do acesso ao financiamento de veículos e à venda à vista por meio de cartão de crédito.

Foi nesse período que a visão do brasileiro mudou, e a possibilidade de novas alternativas financeiras surgiram. Porém, o comportamento individual sobre as finanças acabou se tornando algo preocupante, pois a grande circulação de dinheiro com a estabilidade, e o aumento de crédito e da oferta de produtos ampliou o poder de consumo da população, inclusive aqueles que antes eram excluídos do sistema financeiro levando-os ao endividamento muitas das vezes (Banco Central Do Brasil, 2013).

A educação financeira, nesse cenário é essencial, e ela não está relacionada somente ao conhecimento do mercado financeiro em si, mas envolve também temas simples, como taxas de juros, dinheiro eletrônico, abertura econômica, inclusão digital entre outros, assuntos indispensáveis para que todas as pessoas possam ter uma alfabetização financeira (Teixeira, 2019).

O site oficial do ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) define a educação financeira como:

[...] processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das

oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2005).

De uma forma geral, pode-se dizer que a educação financeira, em si, está relacionada diretamente à conceitos e também atitudes voltadas para ações financeiras, como controle diário de despesas, uso de cartão de crédito, financiamentos e empréstimos (Negri, 2010).

Existem alguns órgãos, projetos e estratégias nacionais importantes que desenvolveram alguns estudos relevantes sobre a educação financeira, como por exemplo: a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o Banco Central do Brasil (BCB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os quais serão abordados a seguir.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada no ano de 2010, a partir do decreto nº 7.397 em 22 de dezembro, e revogada posteriormente pelo decreto nº 10393 de 9 de junho de 2020 e tem como objetivo principal: “aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos” (Brasil, 2020).

Desde a sua criação o seu intuito é levar para as escolas a educação financeira, tendo a partir essa estratégia, fazendo esse conteúdo adquirir o status de política de Estado para orientar a população sobre as suas finanças e como geri-la de forma eficiente. Sua base é desenvolver e implementar programas que sejam voltados para crianças, jovens e, também adultos por meio de programas desenvolvidos no Ensino Básico orientados pelo Ministério da Educação (MEC). De forma geral a ENEF produz informações e orientações sobre a Educação Financeira por meio de plataforma digital (Argôlo, 2018).

A partir do ENEF a necessidade de projetos e também ferramentas para escolas com a intenção de levar os alunos a conhecer sobre a educação financeira foi atendida, e as questões transmitidas precisaram ser readequadas para atender a realidade dos estudantes, assim em consonância com os PCNs “se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate

de questões que interferem na vida dos alunos os quais se veem confrontando no seu dia a dia” (Brasil, 1998, p.64).

Nesse sentido a educação financeira deve estar presente na vida de qualquer indivíduo, que tem como intuito organizar e manter uma boa vida financeira e a escola é esse espaço para discussões.

Além do ENEF, que é uma estratégia de ensino elaborada por algumas instituições, um órgão que pode ser citado é o Banco Central do Brasil (BCB), que supervisiona o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O BCB organizou o Caderno de Educação Financeira, um instrumento de fácil entendimento e com linguagem acessível, no qual há uma abordagem de como uma pessoa pode administrar seus recursos financeiros (Argôlo, 2018).

Esse caderno foi disponibilizado à população para auxiliar a grande maioria no uso do dinheiro, e conta com algumas diretrizes como:

(i) entender o funcionamento do mercado e o modo como os juros influenciam a vida financeira do cidadão (a favor e contra); (ii) consumir de forma consciente, evitando o consumismo compulsivo; (iii) saber se comportar diante das oportunidades de financiamentos disponíveis, utilizando o crédito com sabedoria e evitando o superendividamento; (iv) entender a importância e as vantagens de planejar e acompanhar o orçamento pessoal e familiar; (v) compreender que a poupança é um bom caminho, tanto para concretizar sonhos, realizando projetos, como para reduzir os riscos em eventos inesperados; e, por fim, (vi) manter uma boa gestão financeira pessoal (BCB, 2013 p. 9).

Além disso há também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual é considerado:

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de

uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Brasil, 2017, p. 7).

Especificamente sobre a educação financeira, a BNCC a traz como um tema contemporâneo e orienta o ensino da educação fiscal e para o consumo dos indivíduos, sugerindo assim que a escola desenvolva a temática de uma forma mais contextualizada, levando assim as aplicações para o cotidiano dos alunos (BNCC, 2017).

As aprendizagens percorridas na BNCC devem garantir aos alunos que estes desenvolvam competências gerais. Assim a educação financeira deve levar os alunos a ter um bom desenvolvimento no sentido geral em todas as suas habilidades, principalmente nas questões financeiras para a sua vida.

## 2.1 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DESDE CEDO

Proporcionar o ensino sobre educação financeira nas escolas desde a infância é algo de grande importância. De acordo com Tavares e Pilão (2023), é nessa fase que se pode construir uma base sólida para estabelecer uma relação saudável com o dinheiro. Aprender sobre finanças desde cedo permite que as crianças desenvolvam habilidades e conhecimentos fundamentais ao longo de sua vida, considerando que a falta da educação financeira precoce é um dos principais fatores que levam ao surgimento de problemas, como o endividamento, durante a vida adulta (Tavares; Pilão, 2023).

Scapin e Kamphorst (2012) ressaltam que a educação financeira vai além de simplesmente ensinar a economizar ou acumular dinheiro, ou até mesmo de se limitar ao estudo da Matemática Financeira. Trata-se de buscar qualidade de vida no presente e no futuro, garantindo segurança para que as pessoas possam desfrutar a vida e prevenir possíveis imprevistos.

Lobo (2019) destaca que, na vida pessoal e familiar, a educação financeira auxilia na organização dos gastos, fornecendo orientações para um bom planejamento financeiro, controle de finanças, e formas para evitar o endividamento. Além disso, ajuda as pessoas a compreenderem melhor sobre conceitos como juros,

inflação, investimentos, e taxas, permitindo que tomem decisões mais informadas.

Tavares e Pilão (2023) ainda apontam que instruir as crianças desde cedo sobre como lidar com as finanças agrega diversos benefícios, sendo um deles o papel crucial da educação financeira na formação de cidadãos críticos, que possuem uma melhor compreensão sobre seus direitos e deveres financeiros.

Ensina-se, assim, a lidar com instituições financeiras, fazer escolhas informadas e evitar fraudes e armadilhas financeiras, contribuindo para a construção de uma sociedade mais bem informada e responsável. O planejamento financeiro e o consumo consciente são extremamente importantes na sociedade contemporânea, pois permitem que as pessoas tenham um maior controle sobre suas finanças pessoais (Tavares; Pilão, 2023, p.152).

Nesse sentido, é essencial que o contato com a educação financeira comece na infância, pois, quanto mais cedo as crianças tiverem a oportunidade de aprender conceitos básicos sobre finanças pessoais, mais preparadas para tomar decisões financeiras ao longo da vida (Rufino, 2019).

De acordo com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a educação financeira na infância deve ir além do simples ensino de como manusear o dinheiro. Ela deve partir da conscientização sobre a relação entre o dinheiro e as riquezas na vida das pessoas, preparando-as para lidar com questões financeiras no dia a dia (SEBRAE, 2014).

Pinto e Rocha (2019) alertam que as crianças de hoje têm um direito de “consumir”, configurado de diversas formas, e que setores de vendas e varejo tem apelado cada vez mais para esse público. Isso torna ainda mais essencial a prática da educação financeira desde cedo.

É necessário considerar a quantidade de informações recebidas cotidianamente, devido à enorme gama de transformações rápidas que o mundo passa, em todos os âmbitos, políticos, sociais, econômicos. Todos existimos numa sociedade de propagandas que em um sentido amplo busca facilitar a vida e as escolhas pessoais (Pinto; Rocha, 2019, p.7-8).

Santos (2018) ressalta que, embora se fale pouco sobre a educação financeira atualmente, especialmente no contexto de como os meios de comunicação exploram a vulnerabilidade das crianças para estimular o consumo desenfreado, essa

educação se torna uma ferramenta eficaz para educar financeiramente as crianças.

De acordo com o guia de boas práticas em finanças pessoais do SEBRAE (2014), existem pontos de reflexão importantes que devem ser considerados quando se pensa em educar uma criança financeiramente. Esses pontos vão além do simples ensinar, envolvendo uma abordagem mais ampla que pode ser visualizada no Quadro 1:

Quadro 1 - Questões do ensino de educação financeira para as crianças

<b>Em casa ou na escola?</b>	Em ambas. Muitas escolas já oferecem educação financeira desde o Ensino Fundamental. Algumas desde o Ensino Infantil. A maioria pelo menos já incorporou livros de educação financeira aos projetos de leitura e formação de leitores. Mas, na escola, as crianças têm acesso apenas a teorias, histórias e literatura. No máximo a alguns exercícios ou dinâmicas que imitam a realidade. E, em casa, elas poderão ter exemplos, experiências e muito mais. A internet e as livrarias estão repletas de materiais de apoio para quem quiser!
<b>Escolhas e limites</b>	São palavras-chaves da educação financeira. É preciso entender e ensinar que cada escolha implica numa renúncia. Quem quer atingir um objetivo importante precisa evitar pequenas tentações ao longo do caminho. E poucas coisas deixam tão claras a questão dos limites quanto o dinheiro. Isso ou aquilo? Se não se pode ter tudo o que se deseja, deve-se aprender a cuidar e apreciar tudo o que se tem
<b>Querer e precisar</b>	Crianças precisam ser esclarecidas sobre diferenças entre simples desejos, necessidades básicas, necessidades acessórias e desejos de difícil realização. Quando isso fica claro e as prioridades são respeitadas, raramente falta dinheiro para o básico e desgastes desnecessários são evitados
<b>Dinheiro e presentes não substituem afeto e presença</b>	A dinâmica da vida moderna faz com que muitos pais e mães fiquem bastante tempo fora de casa, longe dos filhos. Não são poucos os que tentam compensar essa ausência com dinheiro ou presentes, e alguns filhos abusam disso. É o tipo de situação que pode ajudar no momento, mas prejudicar o futuro dos filhos, inclusive na relação familiar.
<b>Sim ou não?</b>	O uso adequado e balanceado dessas respostas pode ajudar na educação financeira. Nem tudo o que se pode dar, deve ser dado. Nem tudo o que se gostaria de negar, deve ser negado. Fazer um adequado balanceamento de quando atender ou negar algum pedido dos filhos, especialmente em relação ao consumo, poderá ensiná-los a conviver com oportunidades que o dinheiro pode proporcionar e a aceitar que nem tudo o que se deseja será conquistado facilmente, ainda que seja apenas uma questão financeira.
<b>Agora ou depois?</b>	Ao acostumar as crianças a esperar, a não terem todos seus impulsos de consumo atendidos, especialmente no momento em que manifestam o desejo, elas aprenderão que muitos dos impulsos são passageiros e que não resistem sequer a uma noite de sono. Ao aprender a esperar, percebem que certos desejos são efêmeros e aos poucos elas vão amadurecendo e desenvolvendo hábitos de consumo responsável

<p><b>Respeite a realidade infantil</b></p>	<p>Nada de economês, contabilês ou financês, ou seja, deve-se evitar o uso de termos técnicos e vocabulários desconhecidos que gerem desconforto às crianças. Nem conversas chatas sobre o futuro distante. Os papos com crianças devem ser baseados em linguagem simples, baseados no cotidiano e no interesse delas. Crianças não pensam em aposentadoria. Não pensam em universidade. Não se imaginam como chefes de família. Enquanto não chegarem à adolescência, basta saberem que precisarão pensar nisso um dia e que precisarão entender para fazerem boas escolhas. Melhor investir na sensibilização do que descarregar teorias. Se o interesse por aprender mais for despertado, o terreno estará fértil para as próximas fases, na adolescência e juventude.</p>
<p><b>Use e abuse do lúdico</b></p>	<p>A literatura infantil dirigida, jogos especializados e filmes são excelentes instrumentos para provocar conversas sobre temas importantes de educação financeira. Mas é claro que livros, jogos e filmes sozinhos não têm a mesma capacidade de ensino e atração do</p>

Fonte: SEBRAE, 2014, p.4-5

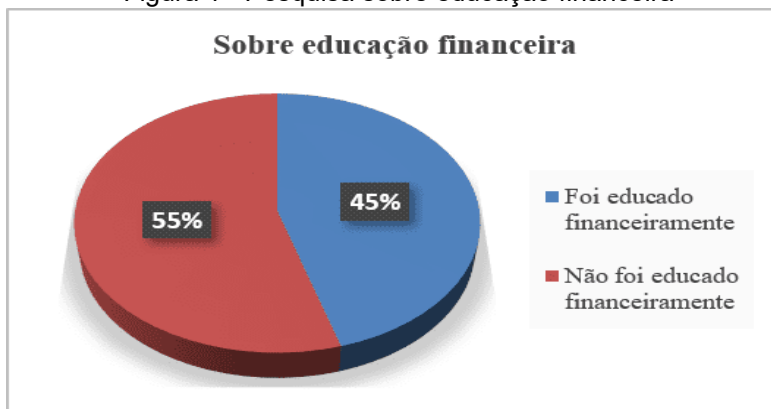
Essas reflexões destacam a importância de uma abordagem equilibrada e contínua da educação financeira, que deve ocorrer tanto no ambiente escolar quanto no familiar. A presença e o exemplo dos pais são cruciais para as crianças desenvolvam uma relação saudável com o dinheiro e aprendam a tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis.

Como visto, existem diversas estratégias que podem ser utilizadas para levar a educação financeira às crianças. Porém, é importante que as escolas estejam atentas e façam uso dessas estratégias de forma eficiente e adaptada à realidade dos alunos. Segundo Santos (2018), é essencial que a conscientização financeira seja efetiva o suficiente para mostrar à todos a importância desse conceito, visando a melhoria das atitudes que levem o dinheiro de um indivíduo à render mais.

Além disso, Ferreira (2007) destaca que a nova geração precisa aprender a ganhar e a guardar dinheiro, embora a divulgação sobre o comportamento econômico ainda seja superficial nas instituições de ensino. A falta de ênfase na educação financeira deixa as crianças desprotegidas em relação a questões financeiras que enfrentarão no cotidiano.

Um estudo divulgado por Ribeiro (2022) apontou a realização de uma pesquisa com 33 pessoas, as quais responderam á pergunta se foram educados financeiramente quando crianças, ao passo que a maioria respondeu que não, como é possível ver na figura 1:

Figura 1 - Pesquisa sobre educação financeira



Fonte: Ribeiro (2022, p.3).

O estudo evidenciou que aqueles que receberam educação financeira na infância estavam mais preparados para lidar com imprevistos financeiros, destacando a necessidade de incluir esse tipo de instrução desde cedo no currículo escolar.

A educação financeira, quando bem trabalhada e discutida durante a infância, pode formar adultos mais conscientes financeiros e aptos a lidar com o dinheiro de maneira prudente, evitando inadimplência e endividamentos futuros. É essencial que a escola esteja preparada para construir essa educação de forma eficaz, incorporando-a ao currículo de modo que faça parte da formação integral dos alunos.

## 2.2 FALTA DE ÊNFASE NO CURRÍCULO ESCOLAR

De acordo com Silveira e Montoito (2022), a educação financeira tem sido um tema amplamente discutidos nos últimos tempos, especialmente em relação à sua importância desde a educação infantil. Introduzir as crianças ao conceito de finanças desde cedo pode contribuir para formação de adultos mais conscientes e preparados para gerir seus recursos. No entanto, a eficácia dessa formação depende da preparação das escolas para abordar adequadamente esses conteúdos, o que revela uma falta de ênfase significativa no currículo escolar.

Borges (2013) observa que, no Brasil, a educação financeira ainda não possui um caráter curricular obrigatório, faltando disciplinas específicas que abordem temas como orçamento familiar ou planejamento financeiro pessoal. A inclusão da educação financeira no currículo escolar desde a infância poderia levar à formação de jovens mais estruturados financeiramente capazes de tomar decisões conscientes em suas vidas diárias.

A inserção da educação financeira no currículo escolar, conforme apontado por Teixeira (2018), pode estimular a formação do consumo consciente entre os alunos. Educar os estudantes a consumir de forma responsável permite que eles compreendam a importância de administrar o dinheiro de forma correta, garantindo não apenas o bem-estar econômico, mas também o social.

A Associação Portuguesa de Bancos (APB) destaca que a educação financeira deve ser abordada nas escolas para que as crianças entendam o funcionamento do dinheiro circula, investimentos, taxas de juros, juros compostos, e como esses elementos impactam suas vidas cotidianas (APB, 2017).

Em 2010, a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) teve como objetivo trabalhar a gestão financeira nas escolas, incentivando as crianças a adotar práticas de consumo mais conscientes e a influenciar positivamente suas famílias nas questões de econômicas. D'Aquino (2008) aponta que:

A importância da disciplina educação financeira está ligada à formação de comportamentos do indivíduo em relação às finanças, a contribuição mais importante da Educação financeira é ajudar o aluno, desde cedo, a desenvolver a capacidade de planejar sua vida, sua família, e tomar boas decisões financeiras (D'Aquino, 2008).

A partir dessas reflexões, começaram a ser difundidas estratégias para implementar a educação financeira nas escolas, como a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF), no ano de 2019, com a aplicação de provas de diferentes níveis de conhecimento que abordam temas como planejamento financeiro, investimentos, capital, montante, entre outros. Este é um projeto que ainda está em execução (UFPB, 2019).

Nesse sentido nota-se a importância da implementação de projetos apoiados por políticas públicas voltados à educação financeira, conscientizando os

alunos e as pessoas, nos sentido geral, sobre a relevância dos aspectos econômicos em suas vidas.

De acordo com Tavares e Pilão (2023), é justamente por meio desses projetos e programas educacionais específicos que se torna possível fazer com que o currículo escolar enfatize mais a Matemática Financeira como uma disciplina indispensável aos alunos.

[...] o ideal seria que a educação financeira fosse integrada ao currículo escolar como parte de uma estratégia nacional sobre essa questão, de modo que toda criança de um dado país ou jurisdição seja exposta ao assunto na escola. A introdução da educação financeira deve ser precedida de, e baseada em, uma avaliação e análise do estado e nível dessa educação financeira oferecida por intermédio do currículo existente e o nível atual da literacia financeira das crianças e jovens (OECD/INFE, 2011, p. 6)

É importante lembrar que os conceitos matemáticos e financeiros podem ser ensinados de forma adaptada à cada nível escolar. À medida que as crianças crescem, os conhecimentos podem ser ampliados, e assim, ao longo de sua vida escolar, ela vão adquirindo conhecimento necessário sobre como lidar com o dinheiro e com as práticas financeiras no seu dia a dia (Tavares; Pilão, 2023).

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC,2020) incluiu a educação financeira como obrigatória nas instituições de ensino. A partir de 2020, as escolas de qualquer configuração tiveram que se adaptar e incluir essa disciplina como parte do currículo educacional, embora ainda é seja necessário dar mais ênfase a esse tema.

Embora a ENEF tenha sido um passo importante, a falta de implementação efetiva e de formação adequada dos professores para ministrar essas disciplinas é um desafio. A educação financeira exige mais do que uma simples mudança curricular; requer o envolvimento ativo dos profissionais da educação, recursos adequados, materiais atualizados e uma abordagem pedagógica diferenciada que trate a matemática financeira de forma prática e contextualizada.

A ausência de ênfase no ensino da educação financeira no currículo escolar pode ocasionar impactos negativos significativos na vida dos indivíduos, especialmente em termos de endividamento e inadimplência. A seguir, esses fatores serão discutidos em maior detalhe.

### 3.3 IMPACTO DA FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), a proporção de famílias com contas a vencer aumentou de 77,9% em fevereiro 2024 para 78,1% em março. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelas famílias de renda mais baixa. Entre aquelas com renda familiar mensal de até três salários-mínimos, a proporção de endividados subiu de 79,2% em fevereiro para 79,7% em março.

Em contraste, nos Estados Unidos, a taxa de inadimplência de consumidores em empréstimos foi de aproximadamente 2,68% no primeiro trimestre de 2024, segundo dados do Federal Reserve Bank de St. Louis (FRED, 2024). A diferença significativa entre os níveis de endividamento e inadimplência no Brasil e nos Estados Unidos pode ser parcialmente atribuída à falta de acesso à educação financeira adequada no Brasil, especialmente entre as famílias de baixa renda. Muitos brasileiros não têm acesso às informações necessárias para gerenciar suas finanças de maneira eficaz, o que contribui para altos níveis de endividamento e inadimplência.

Nos Estados Unidos, dados recentes indicam um aumento contínuo nas taxas de inadimplência de cartões de crédito e empréstimos automotivos, particularmente entre os jovens. De acordo com um relatório do Federal Reserve Bank of New York, a inadimplência de dívidas pessoais aumentou significativamente no último ano, com a dívida total das famílias americanas crescendo \$212 bilhões no quarto trimestre de 2023 (FRED, 2024). Isso reflete um aumento no endividamento geral dos consumidores, mesmo que a taxa de inadimplência permaneça relativamente baixa em comparação com o Brasil.

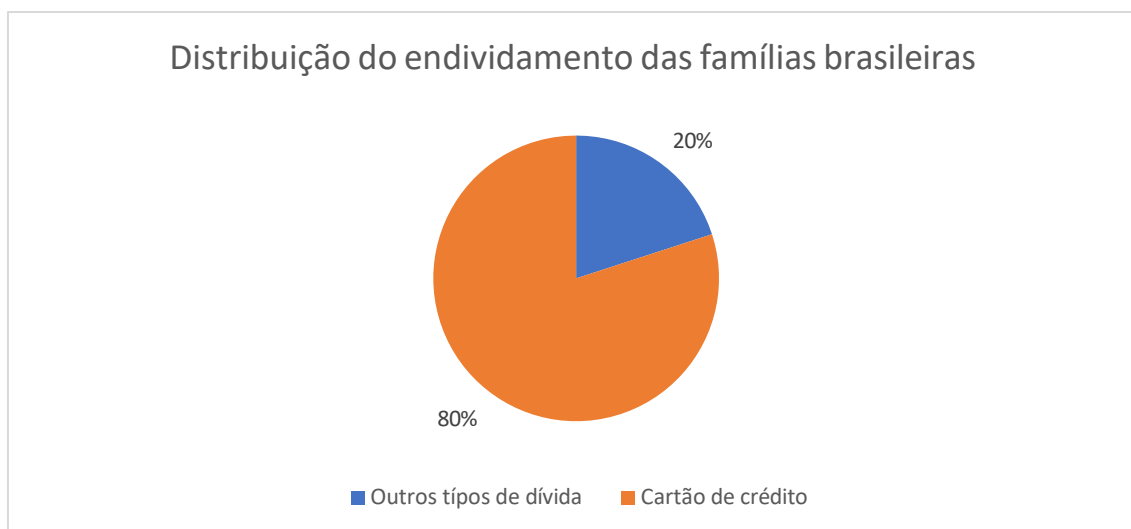
Nos países desenvolvidos, a educação financeira é frequentemente incorporada nos currículos escolares, com a intenção de preparar os jovens para administrar suas finanças pessoais de maneira eficaz. Por exemplo, nos Estados Unidos, muitos estados exigem que os estudantes do ensino médio completem um curso de educação financeira antes da graduação. Essa iniciativa visa proporcionar habilidades práticas para gestão de orçamento, poupança, investimento e entendimento de crédito.

A ausência de conhecimento sobre como gerenciar finanças pessoais, planejar o orçamento e evitar dívidas pode levar a um ciclo de endividamento crônico. Sem orientação adequada, essas famílias tendem a tomar decisões financeiras inadequadas, o que agrava ainda mais sua situação econômica.

No Brasil, o problema do cartão de crédito é um dos principais fatores que contribuem para o alto índice de endividamento das famílias. Segundo dados da confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o uso de cartões de crédito é a principal fonte de endividamento das famílias brasileiras. Atualmente, cerca de 80% do endividamento total das famílias brasileiras está relacionado ao uso de cartões de crédito, segundo Abdala (2023). Essa situação é exacerbada por várias causas, incluindo as altas taxas de juros cobradas pelos cartões de crédito, o fácil acesso ao crédito e o uso frequente dos cartões para despesas cotidianas e emergências financeiras. A combinação desses fatores faz com que muitas famílias acumulem dívidas rapidamente, enfrentando dificuldades significativas para quitar os saldos devidos.

Para visualizar essa distribuição, o gráfico a seguir ilustra a proporção do endividamento das famílias brasileiras atribuída ao cartão de crédito em comparação com outros tipos de dívidas:

Figura 2 - Distribuição do endividamento das famílias brasileiras.



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC),

Essas informações destacam a necessidade urgente de iniciativas de educação financeira e políticas regulatórias para ajudar as famílias a gerenciar melhor suas finanças e evitar o ciclo vicioso do endividamento por cartão de crédito. Portanto, incluir a educação financeira no currículo escolar pode ajudar a mitigar esses problemas, promovendo uma sociedade mais consciente e preparada financeiramente. A ausência de educação financeira contribui diretamente para a falta de planejamento financeiro e para o aumento dos índices de inadimplência e endividamento.

### 3 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para compreender melhor como a educação financeira pode ser abordada dentro do dia a dia dos indivíduos é importante conhecer sobre alguns de seus fundamentos mais importantes e essenciais no que concerne à Matemática Financeira e que devem ser abordados aos alunos de diferentes formas e de diferentes idades.

Assim sendo serão tratados sobre as taxas de juros, juros simples e compostos aplicações financeiras e a importância do planejamento financeiro nos dias mais atuais.

#### 3.1 TAXA DE JUROS

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, 2022), os juros representam o custo do dinheiro ao longo do tempo, funcionando como uma espécie de “aluguel” do capital. Bancos e outras instituições financeiras atuam como intermediários entre as pessoas que têm dinheiro disponível para aplicar e aquelas que necessitam de recursos financeiros. O dinheiro aplicado por uma pessoa é emprestado a outra, que paga o valor original acrescido de juros ao banco. Este, por sua vez, retém parte dos juros como remuneração e devolve ao aplicador a quantia investida, acrescida dos juros.

Vianna (2018), define os juros como a remuneração obtida pelo uso de um capital durante um determinado período de tempo. A taxa de juros, por sua vez, é o coeficiente resultante da razão entre o juro e o capital. Bornatto (2016) explica que

os juros são compensação financeira obtida por um aplicador durante um período de tempo ou o custo do capital para quem usa recursos de terceiros. A taxa de juros, geralmente expressa em termos percentuais, é calculada sobre um intervalo de tempo denominado período financeiro.

É importante considerar que o conceito de juros pode ser analisado sob diferentes perspectivas: econômica, jurídica, política e filosófica. Granado e Schneider (2010) ressaltam que os juros, embora frequentemente associados ao mundo financeiro, permeiam diversas esferas da vida prática, social e espiritual.

A economia conceitua juros como sendo a remuneração paga, pelo tomador de um empréstimo, ao detentor do capital emprestado. Juridicamente, os juros são ditos “frutos civis” do capital, remuneração pela disponibilidade de uma importância em dinheiro por determinado tempo. Quando são consideradas decisões de governos, está presente o enfoque político no conceito de juro, com critérios objetivos e subjetivos, os quais consistiam na escassez de capital e renúncia à liquidez monetária, aliada à oferta e procura da moeda em investimentos. Do prisma filosófico, a realidade dos juros não se restringe ao mundo das finanças, como supõe o senso comum, mas permeia as mais diversas e surpreendentes esferas da vida prática, social e espiritual, a começar pelo processo de envelhecimento a que nossos corpos estão inescapavelmente sujeitos. Os juros são o prêmio da espera na ponta credora – os ganhos decorrentes da transferência ou cessão temporária de valores do presente para o futuro; e são o preço da impaciência na ponta devedora – o custo de antecipar ou importar valores do futuro para o presente (GRANADO; SCHNEIDER, 2010, p.56).

A taxa de juros, segundo Bornatto (2016), é a razão obtida entre os juros recebidos ao final de um período financeiro e o capital aplicado. Por exemplo, uma aplicação de R\$ 150,00, produz uma quantia de R\$4,50 de juros ao final do mês:

Valor aplicado: R\$ 150,00

Juros obtidos: R\$4,50

$$\text{Taxa de juros: } \frac{4,50}{150,00} = 0,03 = 3\% \text{ ao mês}$$

A taxa de juros pode ser representada de duas formas diferentes, sendo a taxa percentual e a taxa unitária. A taxa percentual é utilizada quando os juros são de 100 unidades de capital durante o período financeiro ao que se refere, já a taxa

unitária, é adotada quando é preciso representar, nas mesmas condições, os juros de uma unidade.

Exemplo: Taxa de juros de 15% ao ano

$$15\% = \frac{15}{100} = 0,15$$
$$\left\{ \begin{array}{l} 15\% \text{ ao ano} = \textit{taxa percentual} \\ 0,15 \text{ ao ano} = \textit{taxa unitária} \end{array} \right\}$$

Existem algumas taxas principais que regem a economia do país, sendo elas a taxa SELIC, o CDI e também o IPCA. A taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) é conhecida como a taxa básica de juros da economia brasileira, sendo um dos principais instrumentos monetários do Banco Central (BC) para controlar a inflação do país (BANCO CENTRAL, 2024).

Ela corresponde à taxa de juros média aplicada em operações compromissadas com títulos públicos federais com prazo de um dia útil. O BC realiza operações no mercado de títulos públicos para que a SELIC efetiva esteja sempre em linha com a meta da taxa SELIC, que é definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) (BANCO CENTRAL, 2024).

Atualmente, a taxa SELIC está fixada em 10,5%, após a última reunião do COPOM realizada em 31 de julho de 2024. Essa foi a segunda manutenção da taxa neste ano.

Além da SELIC, uma taxa importante para a economia brasileira é o CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Esta é uma taxa de juros que representa o custo do dinheiro entre as instituições financeiras, sendo determinada com base nas transações diárias entre os bancos (DEBIT, 2024).

No quadro 2 é possível ver a variação do CDI nos últimos 7 anos:

Quadro 2 - Taxa CDI nos últimos 7 anos

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
jan	0,5800	0,5400	0,3800	0,1500	0,7300	1,1200	0,9700
fev	0,4600	0,4900	0,2900	0,1300	0,7600	0,9200	0,8000
mar	0,5300	0,4700	0,3400	0,2000	0,9300	1,1700	0,8300
abr	0,5200	0,5200	0,2800	0,2100	0,8300	0,9200	0,8900
mai	0,5200	0,5400	0,2400	0,2700	1,0300	1,1200	0,8300
jun	0,5200	0,4700	0,2100	0,3100	1,0200	1,0700	0,7900
jul	0,5400	0,5700	0,1900	0,3600	1,0300	1,0700	0,9100
ago	0,5700	0,5000	0,1600	0,4300	1,1700	1,1400	0,8700
set	0,4700	0,4600	0,1600	0,4400	1,0700	0,9700	
out	0,5400	0,4800	0,1600	0,4900	1,0200	1,0000	
nov	0,4900	0,3800	0,1500	0,5900	1,0200	0,9200	
dez	0,4900	0,3700	0,1600	0,7700	1,1200	0,8900	

Fonte: Legacy Debit, 2024.

O **CDI** é um indicador econômico de grande importância, utilizado tanto para investimentos quanto no cenário econômico do país, acompanhando de perto a SELIC, já mencionada. É importante destacar que a taxa CDI é um dos principais índices de investimento em renda fixa, já que a maioria dos investidores tem sua rentabilidade atrelada ao CDI. Assim, quando a taxa cai, por exemplo, o rendimento dos investimentos vinculados a ela também diminui.

Outra taxa importante que merece destaque aqui é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que é um indicador responsável por medir a variação dos preços dos produtos e serviços consumidos pelas famílias brasileiras que possuem renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos. Este é o principal índice de inflação do país, utilizado para ajustar as taxas de juros e como parâmetro de análise nas decisões do COPOM (IBGE, 2024).

Atualmente, o valor do IPCA é de 0,38%, referente ao mês de julho de 2024. O acumulado dos últimos 12 meses é de 4,50%.

Além da SELIC e do CDI, o IPCA é uma taxa fundamental para o acompanhamento da inflação no Brasil. Ele desempenha um papel crucial nas políticas econômicas, pois é utilizado pelo Banco Central para calibrar a taxa de juros e assegurar que a inflação permaneça dentro das metas estabelecidas. O IPCA também é amplamente utilizado como um índice de referência para reajustes de

contratos, salários, aluguéis e tarifas, sendo um termômetro do poder de compra das famílias brasileiras.

Essas três taxas — SELIC, CDI e IPCA — formam o tripé básico que orienta tanto as decisões de política monetária quanto as estratégias de investimento no mercado financeiro. A SELIC, por ser a taxa básica de juros, afeta diretamente o custo do crédito e a rentabilidade dos investimentos de renda fixa. O CDI, por sua vez, é utilizado como “benchmark” para a maioria dos produtos de renda fixa disponíveis no mercado, como CDBs e fundos de investimento. Já o IPCA influencia as decisões de reajustes econômicos, refletindo diretamente a pressão inflacionária no país.

Essas taxas impactam diretamente o dia a dia dos investidores e consumidores, determinando os rendimentos dos investimentos, os custos de financiamentos e as condições gerais do crédito no Brasil.

Portanto, entender o funcionamento dessas taxas é essencial para qualquer pessoa ou empresa que deseje gerir suas finanças de forma eficiente no mercado brasileiro. Além disso, é importante mencionar que existem diferentes tipos de juros. Dentre os mais conhecidos estão a taxa de juros simples e a taxa de juros composta, que serão detalhados a seguir. Enquanto os juros simples são aplicados apenas sobre o capital inicial, os juros compostos incidem sobre o capital acrescido dos juros acumulados em cada período, o que os torna mais relevantes em situações de longo prazo e investimentos complexos.

O conhecimento dessas taxas permite que os indivíduos tomem decisões financeiras mais informadas, seja na hora de investir, tomar empréstimos ou planejar o futuro financeiro. Desta forma, a compreensão das taxas SELIC, CDI, IPCA e dos tipos de juros possibilita uma gestão financeira mais eficaz e sustentável, contribuindo para o sucesso econômico a longo prazo.

### 3.2 JUROS SIMPLES E JUROS COMPOSTOS

Dentre os principais conceitos da matemática financeira, os juros simples e compostos são amplamente utilizados em operações financeiras e investimentos. A compreensão desses dois tipos de juros é fundamental para o planejamento financeiro, seja pessoal ou empresarial, pois cada um possui

características distintas que afetam diretamente o crescimento do capital ao longo do tempo.

### 3.2.1 Juros Simples

Os juros simples são o resultado do produto do capital pela taxa e quantidade de prazo da aplicação. Ele é uma porcentagem do capital inicial aplicada durante um determinado período, a sua principal característica é que o valor não se altera ao longo dos meses (EDUMAT, 2016).

A fórmula básica para o cálculo dos juros simples é:

$$J = C \cdot i \cdot n$$

Onde  $n$  é o prazo da aplicação,  $i$  é a unidade de tempo da taxa e  $C$  o valor de capital inicial investido. Quando a taxa é definida em meses, o prazo deve estar em meses, igualmente, assim como quando a taxa é definida em anos, o prazo também deve ser anual.

Para exemplificar o cálculo dos juros simples, considere uma aplicação de R\$ 1.000,00 a uma taxa de 20% por um certo período, por 4 períodos. Utilizando a fórmula  $J=C \cdot i \cdot n$ , temos:

- $C=1.000,00$
- $i=0,2$  (20% por período)
- $n=4$

O valor dos juros será:

$$J=1.000 \cdot 0,2 \cdot 4=800,00$$

Portanto, ao final de 4 períodos, o valor dos juros acumulados será de R\$ 800,00, e o montante total será  $1.000 + 800 = \text{R\$ } 1.800,00$ .

### 3.2.2 Juros compostos.

Em contrapartida, os juros compostos são calculados sobre o capital inicial e sobre os juros acumulados ao longo do período estabelecido. Assim, o juro de um período é acrescido ao capital inicial e, após o segundo período do tempo, a taxa incide sobre todo o montante, repetindo o cálculo de forma sucessiva até o final do período.

A fórmula par ao cálculo dos juros compostos é a seguinte:

$$M = C (1 + i)^t$$

Onde M é o montante, C o capital, t a taxa de juros e i a unidade de tempo.

Considerando o mesmo exemplo dos juros simples, uma aplicação de R\$ 1.000,00 a uma taxa de 20% por um certo período, por 4 períodos. Utilizando a fórmula  $M = C (1 + i)^t$ , temos:

- C=1.000,00
- i=0,2 (20% por período)
- t=4

$$M = 1000 (1 + 0,2)^4 = 2074$$

Portanto, ao final de 4 períodos, o valor dos juros acumulados será de R\$ 1074,00, e o montante total será  $1.000 + 1074 = R\$ 2.074,00$ .

### 3.2.3 Juros simples x Juros compostos

A taxa de juros composta ocorre quando os juros se acumulam sobre o valor do capital ao longo do tempo, o que significa que a porcentagem incide não apenas sobre o montante inicial, mas também sobre os valores que foram acumulados anteriormente, resultando em um crescimento exponencial dos juros.

Por outro lado, as taxas de juros simples são aquelas aplicadas exclusivamente sobre o capital inicial, ou seja, o valor que foi emprestado ou investido.

Neste caso, não há cobrança de juros sobre os juros acumulados nos períodos anteriores, resultando em um crescimento linear.

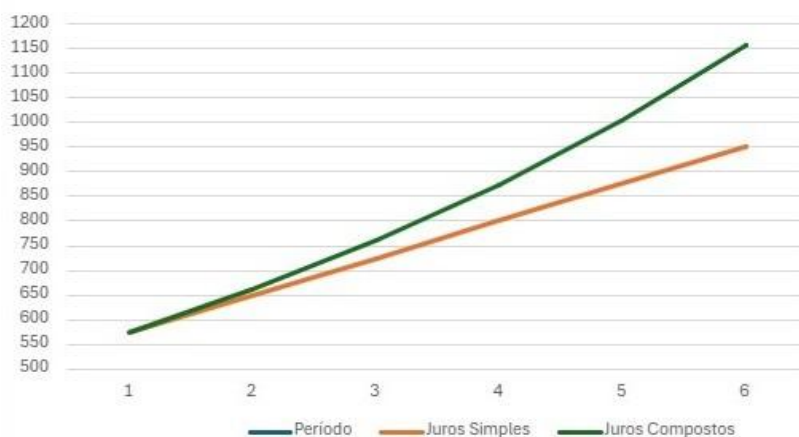
Sendo um capital inicial de R\$500,00 a uma taxa de juros de 15% durante seis meses. No quadro 3 será apresentado o comparativo entre a taxa de juros simples e a taxa de juros composto, bem como o gráfico 1:

Quadro 3 - Comparativo entre taxa de juros simples e taxa de juros composta

Período	Juros Simples	Juros Composto
0	500	500
1	575	575
2	650	661,25
3	725	760,25
4	800	874,50
5	875	1005,68
6	950	1156,53

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA

Gráfico 1 - Comparativo entre a taxa de juros simples e a taxa de juros composta



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA

Compreender a diferença entre juros simples e juros compostos é fundamental para a educação financeira, já que esses conceitos são amplamente aplicados em diversas situações do dia a dia, como em financiamentos, investimentos e outras operações financeiras. O domínio dessas fórmulas permite que os indivíduos façam escolhas mais informadas e conscientes sobre suas finanças, contribuindo para uma gestão financeira mais eficiente e para a tomada de decisões que podem impactar positivamente sua vida econômica a longo prazo.

Ao entender as implicações de cada tipo de juros, é possível avaliar com clareza as melhores opções de investimento e prever o impacto de financiamentos e empréstimos. Enquanto os juros simples oferecem uma forma mais previsível de cálculo de encargos, os juros compostos, com sua capacidade de acumular valores adicionais ao longo do tempo, podem representar uma oportunidade de maior retorno em investimentos, ou um risco maior em situações de dívida.

Dessa forma, o conhecimento sobre juros simples e juros compostos é essencial para qualquer planejamento financeiro, sendo uma ferramenta valiosa tanto para a construção de patrimônio quanto para a manutenção da saúde financeira pessoal e empresarial.

### 3.3 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A palavra investir é derivada do latim *investire* e possui diferentes significados. No contexto econômico, o termo investimento refere-se à aplicação de capital com o objetivo de gerar ganhos ao longo de um período de tempo determinado (BARREIROS, 2004).

De acordo com Kassai et al. (2000), o investimento representa um potencial retorno financeiro no futuro próximo. Para Atkinson et al. (2000), o investimento refere-se ao valor monetário dos recursos que uma organização aloca para adquirir ativos de longo prazo.

Os investimentos podem ser classificados em: (1) reais e (2) financeiros. Os investimentos reais são aqueles realizados por empresas que buscam criar condições favoráveis para a produção de bens e serviços. Já os investimentos financeiros são aplicados em ativos financeiros, com o objetivo de obter uma rentabilidade previamente estabelecida (GOMES, 2011).

Além dessa classificação, os investimentos também podem ser subdivididos em dois outros tipos: (1) investimentos em renda fixa, que são considerados mais conservadores, nos quais o investidor sabe exatamente quanto irá resgatar no prazo final do investimento; e (2) investimentos de renda variável, que envolvem maior risco e são geralmente mais arrojados, oferecendo a possibilidade de maior rentabilidade (COSTA; CRUZ, 2016).

Atualmente, existem diversos tipos de investimentos disponíveis, classificados em renda fixa e renda variável. Dentre os investimentos de renda fixa, destacam-se o Tesouro Direto, os CDBs (Certificados de Depósito Bancário) e as LCI/LCA (Letras de Crédito Imobiliário/Agrícola). Já nos investimentos de renda variável, merecem destaque as ações e as criptomoedas, que são opções mais recentes e de maior volatilidade.

Primeiramente, no que diz respeito aos investimentos de renda fixa, o Tesouro Direto é um programa criado pelo Tesouro Nacional que permite a qualquer pessoa com Cadastro de Pessoa Física (CPF) investir em títulos públicos diretamente pela internet. Por ser um investimento de renda fixa, o investidor conhece previamente as regras de rentabilidade, os pagamentos e os juros, bem como o momento ideal para realizar o investimento (TESOURO DIRETO, 2020).

Os CDB (Certificados de Depósito Bancário) são investimentos em que o dinheiro é aplicado em uma instituição financeira, que oferece uma rentabilidade previamente estipulada. Esses investimentos são considerados de baixo risco e estão amplamente disponíveis na maioria dos bancos, sendo uma das principais opções para aqueles que desejam investir sem retirar o dinheiro da instituição bancária (Banco do Brasil, 2023).

Existem três tipos de CDB: pré-fixado, pós-fixado e híbrido. O pré-fixado é aquele em que a taxa de juros é definida no momento da aplicação. O pós-fixado possui rentabilidade variável até o vencimento do título, acompanhando a oscilação de um índice de referência. Já o híbrido é uma combinação dos dois tipos citados anteriormente (Banco do Brasil, 2023).

As LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) são títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras para captar recursos destinados ao financiamento dos setores imobiliário e agrícola. Ambos os títulos oferecem rendimentos que são regidos pelas taxas de juros praticadas no mercado e estão atrelados ao CDI, que segue de perto a taxa SELIC (INFOMONEY, 2024).

Ao contrário dos investimentos de renda fixa, os investimentos de renda variável não possuem um retorno previsto. O retorno desses investimentos é imprevisível, variando de acordo com diversos fatores relacionados ao mercado

financeiro. Por essa razão, os investimentos em renda variável são considerados de alto risco, embora ofereçam maior potencial de ganhos em comparação com a renda fixa (VENTURA, 2020).

Dois tipos de investimentos de renda variável que serão abordados aqui são as ações e as criptomoedas. As ações, amplamente conhecidas há muito tempo, são uma modalidade de investimento no mercado de renda variável, onde os retornos não são fixos, variando conforme o desempenho dos ativos.

De forma simples, as ações representam títulos que correspondem a uma fração do capital social de uma empresa. Quando alguém adquire uma ação, torna-se “sócio” dessa empresa, participando tanto dos lucros quanto dos prejuízos (PORTAL DO INVESTIDOR, 2022).

As ações são negociadas na Bolsa de Valores, e seus preços variam (sobem e descem) de acordo com a demanda. Ou seja, quando muitas pessoas compram, os preços tendem a subir, e quando muitas vendem, o preço tende a cair (PORTAL DO INVESTIDOR, 2022).

Já as criptomoedas, diferentemente das ações, são um ativo mais recente e têm atraído muitos investidores. Elas são formas de moeda que existem digitalmente ou virtualmente e utilizam a criptografia para garantir a segurança das transações (NUBANK, 2024).

O termo criptomoedas refere-se a moedas digitais descentralizadas, criadas em uma rede chamada Blockchain. Elas são descentralizadas porque não há um órgão ou governo responsável por controlar, intermediar ou autorizar sua emissão, sendo isso realizado pelos próprios usuários. O Bitcoin é a criptomoeda mais conhecida, e atualmente seu valor é de R\$ 319.837,56 (NUBANK, 2024).

É importante ressaltar a relevância da diversificação dos investimentos. De acordo com Rodrigues et al. (2015), a teoria moderna de gestão de carteiras sugere que diversificar os investimentos permite reduzir riscos e maximizar o retorno esperado, conforme o perfil de cada investidor. Portanto, é recomendável que os investidores distribuam seu capital entre diferentes tipos de ativos, sejam eles de renda fixa ou renda variável.

A diversificação dos investimentos é fundamental para mitigar riscos e maximizar retornos. Seja por meio de ações, que oferecem participação nos lucros e no valor de mercado das empresas, ou criptomoedas, que trazem inovação e potencial de valorização, a escolha adequada dos ativos de renda variável deve ser feita com base no perfil de risco de cada investidor. Além disso, a análise constante das oscilações do mercado e o acompanhamento de tendências são fatores cruciais para obter sucesso nesse tipo de investimento.

É essencial que os investidores estejam cientes de que tanto as ações quanto as criptomoedas envolvem riscos consideráveis, mas também podem proporcionar retornos significativos, principalmente em estratégias de longo prazo. Ao investir nesses ativos, é fundamental compreender os mecanismos que influenciam o mercado, como oferta e demanda, eventos econômicos e tecnológicos, e até mesmo fatores globais que impactam a confiança dos investidores.

Com o entendimento sobre os principais tipos de investimentos de renda fixa e renda variável, podemos perceber a importância de tomar decisões financeiras informadas, que levem em consideração o perfil de risco e os objetivos pessoais de cada investidor. A seguir, abordaremos o tema planejamento financeiro, que é crucial para a organização das finanças pessoais e profissionais.

O conhecimento adquirido sobre os diferentes tipos de investimentos auxilia diretamente no desenvolvimento de um planejamento financeiro eficaz, possibilitando a alocação adequada de recursos, o controle de despesas, a criação de reservas e a definição de metas financeiras realistas. Afinal, saber como investir, quando investir e o quanto alocar em diferentes tipos de ativos é a base para alcançar a estabilidade financeira e o crescimento patrimonial ao longo do tempo.

### 3.4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O planejamento financeiro, seja pessoal ou organizacional, desempenha um papel fundamental na vida das pessoas, pois permite que metas financeiras sejam alcançadas de maneira eficiente. A falta de planejamento é uma das principais causas do endividamento das famílias e do fracasso das empresas (SANTOS; TOFOLI; SILVA, 2018).

De acordo com Lacombe (2009), o planejamento financeiro traça estratégias para alcançar resultados, levando em consideração a capacidade financeira de cada pessoa e os objetivos desejados. O planejamento financeiro é composto por três etapas principais: definição de metas, traçar estratégias para alcançá-las e análise de feedbacks para ajuste contínuo (Mobills, 2021). Por meio dessas etapas, o planejamento financeiro ajuda a antecipar e se preparar para situações imprevistas que possam comprometer as finanças.

Santos, Tofoli e Silva (2018, p.784) destacam que:

O planejamento financeiro sendo bem utilizado é uma ferramenta essencial que determina com antecipação as ações que serão necessárias, as decisões a serem tomadas e o modo de como deve agir para alcançar seus objetivos. Quando há planejamento é possível informar as oportunidades e dificuldades para cumprir as obrigações com antecedência, dentro da empresa, evitando imprevistos e traçando planos para desenvolver alternativas e superá-las.

O planejamento financeiro deve ser um processo contínuo de retroalimentação, o que significa que o plano deve ser constantemente avaliado e ajustado conforme os resultados e as mudanças nos objetivos financeiros (MOBILLS, 2021). A base para um bom planejamento são informações precisas sobre hábitos de consumo, que permitem projetar cenários financeiros futuros e tomar decisões estratégicas de forma mais assertiva.

Segundo Sampaio (2019, p. 6), um planejamento financeiro pessoal envolve etapas importantes, como compreender o próprio comportamento em relação ao uso do dinheiro, adquirir conhecimento sobre ele, organizar o orçamento pessoal, entender a importância de formar reservas e conhecer as oportunidades de investimento, aplicando-as de maneira eficaz.

Assim, o planejamento financeiro vai além de um simples orçamento. Ele envolve uma organização clara e objetiva, com o propósito de alcançar metas específicas, como a formação de patrimônio e a manutenção dos bens ao longo do tempo.

Além disso, Zruel (2016, p. 44) destaca que o planejamento financeiro exige disciplina e controle emocional, especialmente em situações de endividamento. O autor aponta dez fatores importantes que devem ser considerados:

1. O dinheiro acompanha o tamanho da sua mente;
2. A classe social está relacionada ao comportamento e à mentalidade financeira;
3. Quanto maior a renda, maior a quantidade de dinheiro disponível para investimentos;
4. A redução do padrão de vida ocorre até que os gastos básicos fiquem menores que os ganhos;
5. Se estiver muito endividado, "para sair do buraco é preciso parar de cavar";
6. O spread bancário gera inadimplência;
7. Dicas: não peça orientação ao banco, opte pelo tudo ou nada, tenha apenas um empréstimo e mantenha controle emocional;
8. Entre o dinheiro e o conhecimento, escolha sempre o conhecimento;
9. Cuide da sua saúde, pois o dinheiro não tem valor sem saúde para usufruí-lo;
10. Não desperdice tempo, faça o que é mais produtivo e eficiente com ele; evite o uso do cartão de crédito; e poupe o dinheiro assim que ele entrar na conta.

A liberdade financeira, tão desejada por grande parte da população, ocorre quando os ganhos superam as despesas, tornando o planejamento financeiro essencial. O planejamento financeiro é indispensável em qualquer área da vida, pois permite que as pessoas mantenham o controle de suas finanças. Quando esse controle não é exercido, o caminho mais comum é o endividamento.

Existem muitas ferramentas que podem auxiliar as pessoas no cuidado de suas finanças, especialmente as ferramentas tecnológicas, que contribuem para o desenvolvimento de um planejamento financeiro doméstico, visando o acúmulo de capital, a compra de bens e a estabilidade financeira.

De acordo com Santos (2021), muitas pessoas consideram que manter a vida financeira organizada é um desafio, uma tarefa complexa e que demanda tempo. No entanto, a tecnologia tem se mostrado uma aliada no mundo das finanças, proporcionando mais facilidade para as pessoas que adotam essas ferramentas.

O uso da tecnologia no setor financeiro permite não apenas a adesão a práticas mais ágeis, mas também facilita o aprendizado sobre educação financeira. A mesma autora destaca que a tecnologia reduz o tempo gasto na gestão das finanças pessoais, pois muitas tarefas podem ser realizadas, por exemplo, por meio de aplicativos (SANTOS, 2021).

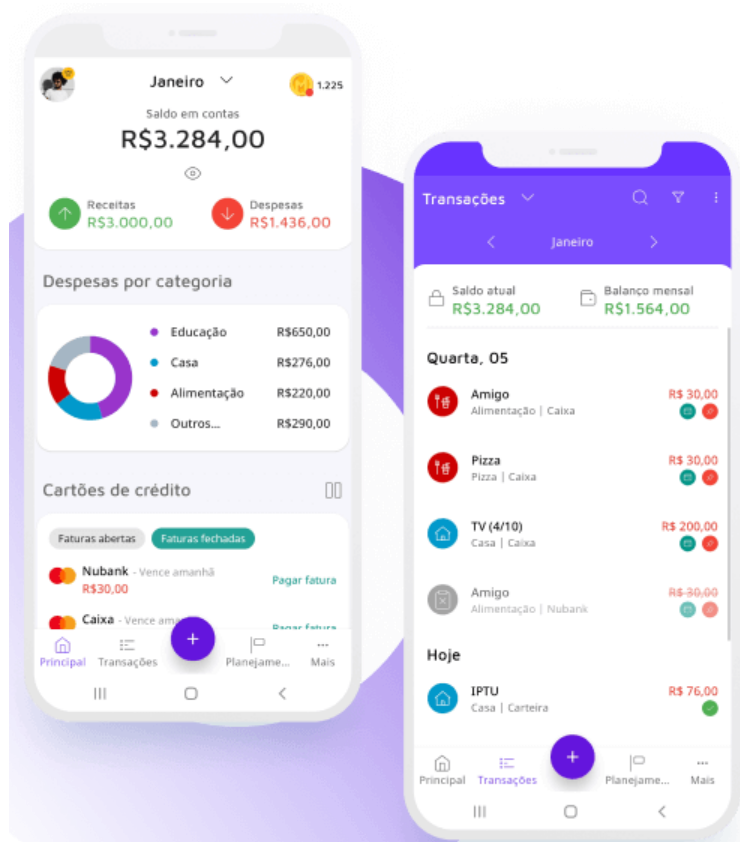
Segundo Leitão (2021), há alguns anos, as pessoas jamais imaginariam que a tecnologia, principalmente quando aplicada às finanças, pudesse ser tão eficiente, como na realização de transações bancárias e outras atividades.

Com o avanço das tecnologias, o planejamento financeiro pessoal tornou-se mais acessível e eficiente. Ferramentas digitais e aplicativos especializados são aliados importantes na organização das finanças, permitindo que as pessoas tenham maior controle sobre seus gastos, receitas e investimentos. Além disso, a tecnologia facilita a visualização de metas financeiras e a análise de dados financeiros, ajudando na tomada de decisões de forma mais rápida e precisa.

Essas inovações tecnológicas não apenas automatizam tarefas manuais, como o controle de despesas e a categorização de transações, mas também educam os usuários sobre práticas financeiras saudáveis. Com isso, cada vez mais pessoas estão utilizando aplicativos que, de maneira simples e intuitiva, proporcionam um planejamento financeiro eficiente.

Existem diversos aplicativos que podem auxiliar no planejamento financeiro. Um exemplo é o **Mobills**, disponível para os sistemas operacionais **Android** e **iOS**. Suas principais funcionalidades incluem a possibilidade de traçar objetivos, registrar e acompanhar gastos, e monitorar as finanças de maneira integrada. Além disso, o aplicativo oferece análises de orçamentos mensais por meio de gráficos, facilitando a visualização dos dados financeiros de forma clara e objetiva (BRAGGIO, 2021).

Figura 3 - Print de tela do Mobills - controle de gastos



Fonte: Mobills, 2024.

Na imagem (Figura 3), é possível observar como o Mobills permite que os usuários controlem suas finanças de forma organizada, incluindo o acompanhamento de dados bancários e pagamentos de cartão. Essa funcionalidade é especialmente útil para aqueles que buscam consolidar todas as informações financeiras em um único local, facilitando o controle de despesas e o acompanhamento de metas financeiras.

Figura 4 - Print de tela do aplicativo Organizze Finanças



Fonte: Organizze, 2024

Outro aplicativo amplamente utilizado é o **Organizze Finanças** (Figura 4), também disponível para **Android** e **iOS**. Este aplicativo é conhecido por sua interface simples e intuitiva, permitindo que os usuários façam um controle financeiro detalhado, estabeleçam metas e categorizações de despesas, auxiliando assim na gestão eficiente das finanças pessoais.

Outro aplicativo bastante eficiente é o Minhas Finanças. Ele permite organizar o planejamento financeiro e controlar os gastos, criando categorias que ajudam a visualizar e entender melhor a vida financeira, detalhando quais áreas representam os maiores impactos no orçamento pessoal.

De acordo com o Banco do Brasil (2023), o Minhas Finanças é uma ferramenta fácil de utilizar para manter o controle financeiro pessoal por meio do celular. Além das funções mencionadas, o aplicativo permite registrar entradas e saídas, utilizar um calendário para acompanhar o planejamento financeiro e as metas

futuras, além de oferecer um extrato multibanco, que possibilita acessar não apenas as contas do Banco do Brasil, mas também as movimentações de outros bancos.

Na Figura 5, é possível observar algumas das funcionalidades do aplicativo. Ele apresenta um fluxo de caixa em que os usuários podem cadastrar seus gastos ao longo do mês, assim como as entradas de capital. Além disso, o aplicativo permite a categorização das despesas, facilitando a identificação de como o dinheiro está sendo gasto mensalmente, de maneira organizada e eficiente.

Figura 5 - Funcionalidades do aplicativo Minhas Finanças



Fonte: Minhas Finanças, 2024.

De modo geral, nota-se que atualmente existem diversas funcionalidades tecnológicas que podem auxiliar no controle de gastos e na gestão financeira dos indivíduos. Essas ferramentas, que estão facilmente acessíveis por meio de dispositivos móveis, permitem que qualquer pessoa tenha o controle de suas finanças literalmente na palma da mão. O celular, que se tornou indispensável na vida moderna, desempenha um papel crucial ao proporcionar o uso de aplicativos financeiros que auxiliam não apenas no entretenimento, mas também na organização das finanças.

Com isso, as pessoas podem adotar a prática de monitorar e controlar suas economias de forma eficaz, utilizando esses recursos tecnológicos não apenas para atividades do dia a dia, mas também como uma ferramenta indispensável para o planejamento financeiro. Essa necessidade de controle financeiro tem sido cada vez mais evidente nos últimos anos, impulsionada pelo crescimento da educação financeira e pela busca por uma vida econômica mais estável e equilibrada. Através dessas tecnologias, os usuários podem aprender a lidar melhor com o dinheiro, tomar decisões mais conscientes e, assim, garantir uma gestão eficiente de suas finanças pessoais.

#### **4 APLICAÇÃO DA PROPOSTA E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Ao longo deste trabalho, foram explorados aspectos fundamentais da educação financeira, desde a sua implantação nas escolas brasileiras até os principais conceitos necessários para o desenvolvimento de uma boa gestão financeira pessoal. O estudo destacou a importância da educação financeira desde cedo, mostrando como a ausência desse conteúdo no currículo escolar pode contribuir para o aumento dos índices de endividamento e inadimplência no país.

Além disso, abordamos os fundamentos teóricos que sustentam a educação financeira, como a compreensão sobre juros, tanto simples quanto compostos, e a aplicação desses conhecimentos no dia a dia, por meio do planejamento financeiro. A importância de se compreender esses conceitos é essencial para o controle das finanças pessoais e a busca por uma vida econômica equilibrada.

Para enfatizar este estudo, foi realizada uma pesquisa de campo com alunos de duas escolas da cidade de Franca, no interior de São Paulo, uma pública e uma particular, a fim de entender o nível de conhecimento desses estudantes sobre educação financeira. Esse levantamento de dados visa não só verificar o grau de compreensão dos jovens em relação ao tema, mas também comparar as possíveis diferenças de entendimento entre alunos de diferentes contextos socioeconômicos.

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos por meio do questionário aplicado aos alunos, oferecendo uma visão prática do impacto e da presença da educação financeira na realidade dos estudantes.

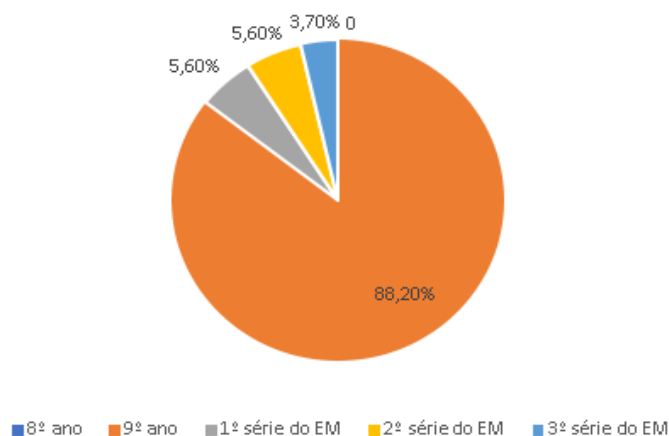
#### 4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Para avaliar a compreensão dos alunos sobre educação financeira e identificar a realidade dos estudantes em relação ao tema, foi aplicado um questionário (Anexo 1) a alunos em idade escolar da cidade de Franca, no interior de São Paulo. Dos entrevistados, 44 alunos estudam na rede pública e 10 na particular o que permite analisar as possíveis diferenças nos impactos e na forma como a educação financeira é tratada em cada uma dessas instituições.

A amostra da pesquisa foi composta por 54 alunos adolescentes, com idades entre 15 e 18 anos. Do total, 81,5% dos alunos frequentam uma escola pública e 18,5% estão matriculados em uma escola particular. A maioria dos participantes (83,3%) se encontra na faixa etária de 15 a 18 anos, enquanto 16,7% pertencem a outras faixas etárias, que não foram especificadas na pesquisa.

Em relação ao ano escolar dos participantes, a maior parte deles (85,2%) está cursando o 9º ano do ensino fundamental, e o restante se encontra distribuído entre o 8º ano e o 3º ano do ensino médio. Essa distribuição pode ser visualizada no Gráfico 2, que ilustra a quantidade de alunos participantes por ano escolar.

Gráfico 2 - Quantidade de alunos participantes por ano escolar



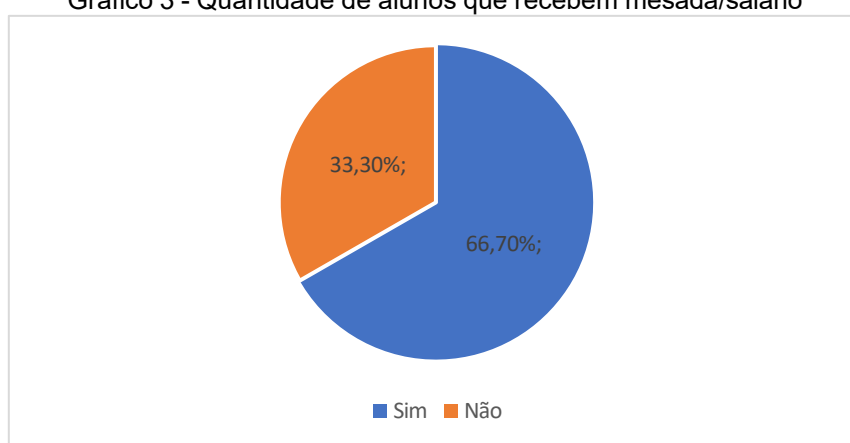
Fonte: As autoras, 2024

## • Mesada e Contato com Dinheiro

Um dos principais pontos da pesquisa foi verificar o contato dos alunos com dinheiro desde cedo. Cerca de 66,7% dos alunos afirmaram que recebem uma mesada ou salário, enquanto 31,5% não possuem essa fonte de renda (Gráfico 3).

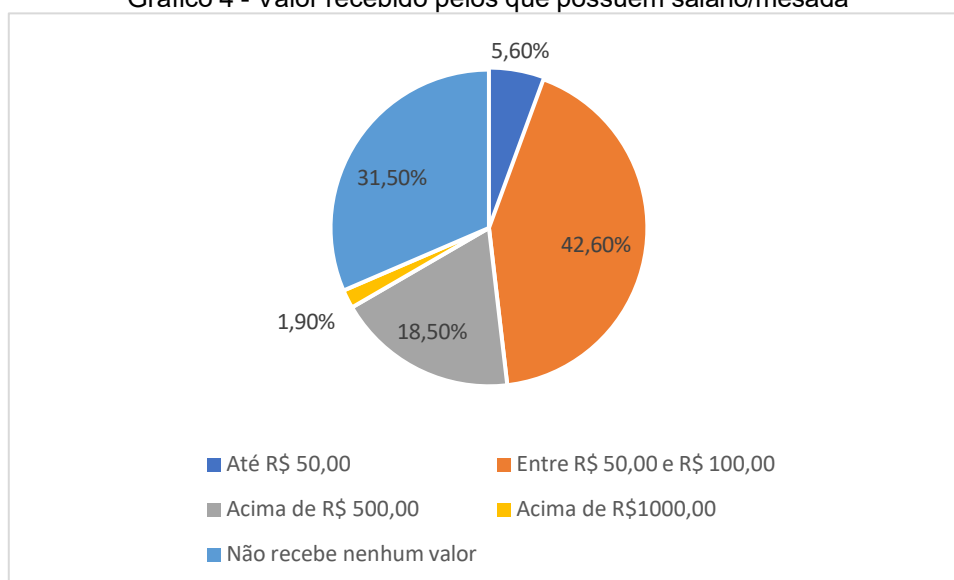
Entre os que recebem, a maioria ganha entre R\$50,00 e R\$100,00, (Gráfico 4), o que representa um valor significativo para a administração pessoal.

Gráfico 3 - Quantidade de alunos que recebem mesada/salário



Fonte: As autoras, 2024

Gráfico 4 - Valor recebido pelos que possuem salário/mesada

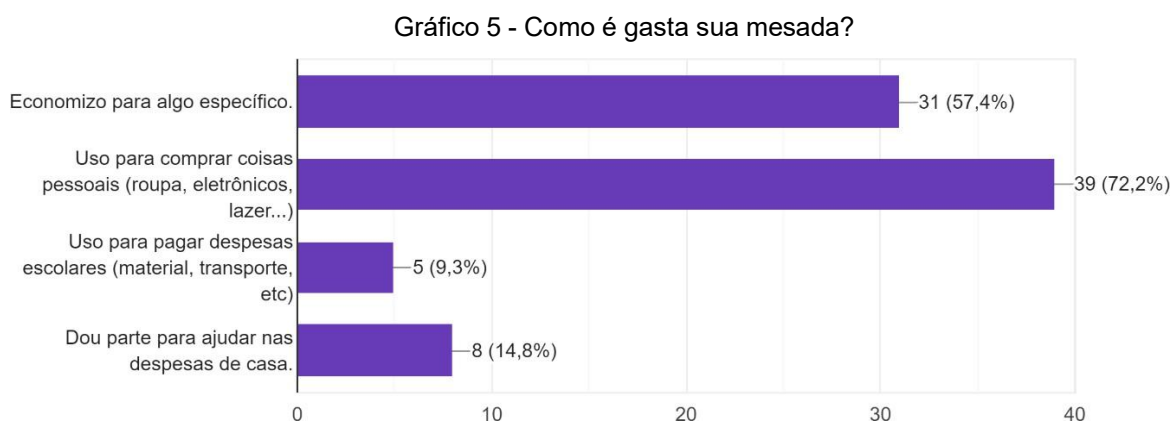


Fonte: As autoras, 2024

### • Consciência Financeira e Gastos

Ao observar o uso que os alunos fazem da mesada, notou-se que a maior parte utiliza o dinheiro para compras pessoais ou economiza para algo específico, o que sugere uma consciência financeira inicial. Muitos demonstram interesse em poupar, o que, mesmo quando voltado para objetivos específicos ou de consumo, já indica um comportamento de planejamento financeiro.

Como pode ser observado no Gráfico 5, 72,2% dos alunos usam sua mesada para comprar coisas pessoais, como roupas, eletrônicos ou lazer, enquanto 57,4% economizam para comprar algo específico. Outros 14,8% dos alunos afirmaram que ajudam nas despesas de casa, o que pode indicar um nível maior de responsabilidade financeira. Por fim, 9,3% utilizam a mesada para pagar despesas escolares, como material ou transporte.



Fonte: As autoras, 2024

Esses resultados indicam que, embora muitos alunos ainda utilizem sua mesada predominantemente para consumo, há um indicativo de consciência financeira crescente, especialmente no que diz respeito à importância de economizar e ao envolvimento de alguns alunos nas responsabilidades financeiras familiares.

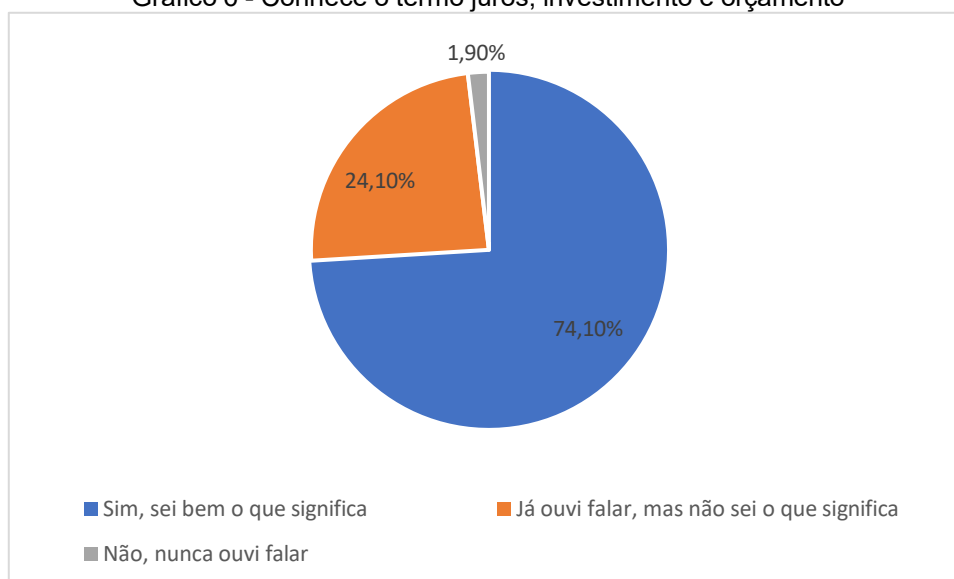
## • **Compreensão sobre Educação Financeira e Conceitos Relacionados**

A próxima parte da pesquisa investigou o conhecimento dos alunos sobre educação financeira. Foi questionado se eles já haviam ouvido falar sobre o tema, e 98,1% dos alunos afirmaram que sim, enquanto apenas 1 aluno (1,9%) não tinha conhecimento prévio sobre o assunto. Isso revela que, em grande parte, os estudantes estão familiarizados com o termo "educação financeira", o que é um bom indicativo de exposição ao tema, seja em casa, na escola ou em outros ambientes.

Além disso, 46,3% dos alunos destacaram que frequentemente discutem sobre dinheiro em suas casas, e cerca de 50% afirmaram que conversam sobre o tema de vez em quando. Apenas 3,7% disseram que não falam sobre dinheiro com suas famílias, o que sugere que o assunto ainda não é uma prática comum em todas as residências, apesar da sua relevância.

Ao explorar conceitos específicos de educação financeira e matemática, como juros, investimentos e orçamento, 74,1% dos alunos demonstraram ter um bom entendimento desses termos, afirmando que sabem o que eles significam. Outros 24,1% disseram que já ouviram falar, mas não sabem explicar com clareza, e 1,9% admitiu nunca ter ouvido falar sobre esses termos, conforme mostrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Conhece o termo juros, investimento e orçamento



Fonte: As autoras, 2024

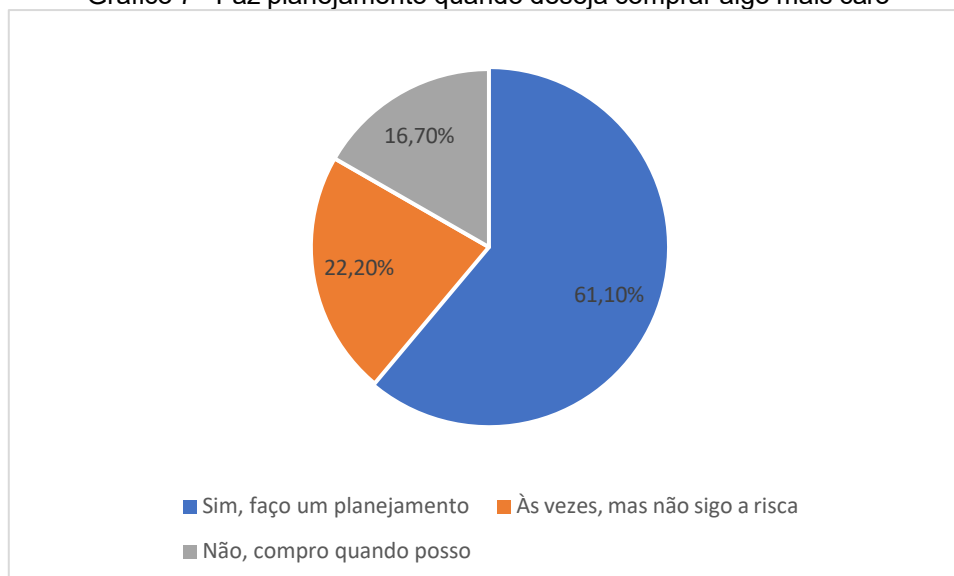
Esses resultados sugerem que a maioria dos alunos possui um conhecimento básico sobre educação financeira, o que é um ponto positivo, especialmente considerando a importância crescente desse tema no contexto atual. No entanto, o fato de que 24,1% dos alunos já ouviram falar dos termos, mas não sabem exatamente o que significam, indica que há espaço para melhorias na maneira como esses conceitos são ensinados e discutidos, seja na escola ou em casa.

### • Planejamento Financeiro e Compras

Entre os alunos pesquisados, 88,9% afirmaram que suas escolas oferecem uma aula específica de educação financeira, enquanto 11,1% disseram que essas aulas não estão disponíveis. Esse dado pode ser interpretado como uma falha educacional, visto que a educação financeira já é parte de documentos e políticas públicas que visam garantir o ensino desse tema nas escolas. A ausência dessas aulas limita o acesso dos alunos ao conhecimento necessário para a gestão financeira eficaz.

Ao avaliar o comportamento dos alunos em relação ao planejamento de compras mais caras, como celulares ou videogames, foi identificado que a maioria dos estudantes demonstra um conhecimento básico de planejamento financeiro. 61,1% dos alunos afirmaram que fazem um planejamento antes de realizar essas compras, como ilustrado no Gráfico 7. Outros 22,2% disseram que planejam às vezes, mas não seguem rigorosamente, e 16,7% não costumam planejar, comprando quando podem.

Gráfico 7 - Faz planejamento quando deseja comprar algo mais caro



Fonte: As autoras, 2024

Esse comportamento indica que a maior parte dos alunos já reconhece a importância de se planejar financeiramente, o que é um passo fundamental para a formação de uma mentalidade financeira saudável.

- **Hábitos de Poupança e Comparação de Preços**

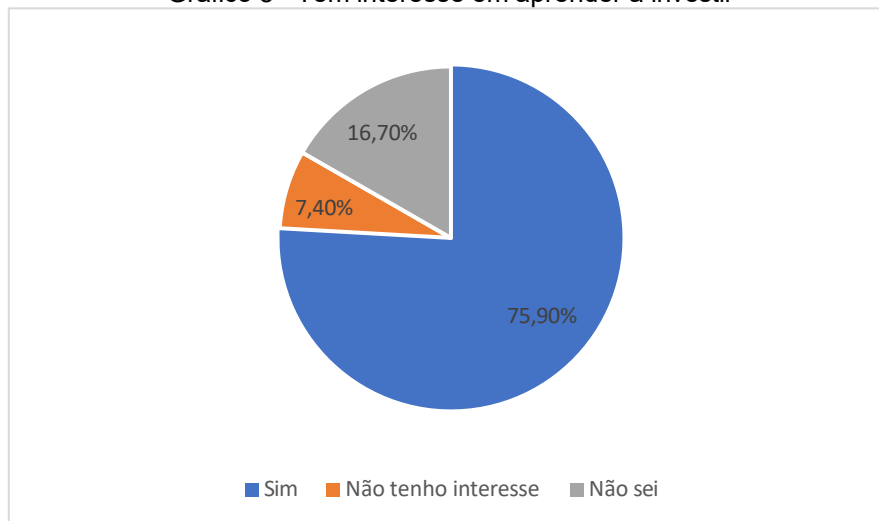
Quando questionados se já deixaram de comprar algo para economizar para outra finalidade, 87% dos alunos disseram que sim, mostrando que a maioria tem o hábito de economizar para alcançar objetivos específicos. Apenas 13% afirmaram que não têm esse comportamento.

Além disso, 63% dos alunos disseram que costumam comparar preços antes de realizar uma compra, enquanto 7,4% afirmaram que não fazem essa comparação. Esse dado reforça a noção de que muitos alunos já possuem uma consciência financeira inicial, compreendendo a importância de pesquisar preços para fazer compras mais informadas.

Além disso, foi questionado se os alunos já fazem algum tipo de investimento, como poupança, tesouro direto, ações, entre outros, dado que muitos alunos já indicaram ter conhecimento sobre esses termos. Os resultados mostraram que 51,9% dos alunos não realizam investimentos atualmente, enquanto 48,1% afirmaram que sim. Embora a maioria ainda não invista, o fato de quase metade dos participantes já estarem envolvidos em algum tipo de investimento demonstra que esses conceitos estão ganhando relevância na vida dos jovens.

Diante dessa constatação, foi perguntado se os alunos gostariam de aprender mais sobre investimentos. O Gráfico 8 ilustra que a grande maioria, 75,9%, tem interesse em adquirir esse conhecimento. Apenas 7,4% dos alunos indicaram não ter interesse, e 16,7% afirmaram não saber ao certo.

Gráfico 8 - Tem interesse em aprender a investir



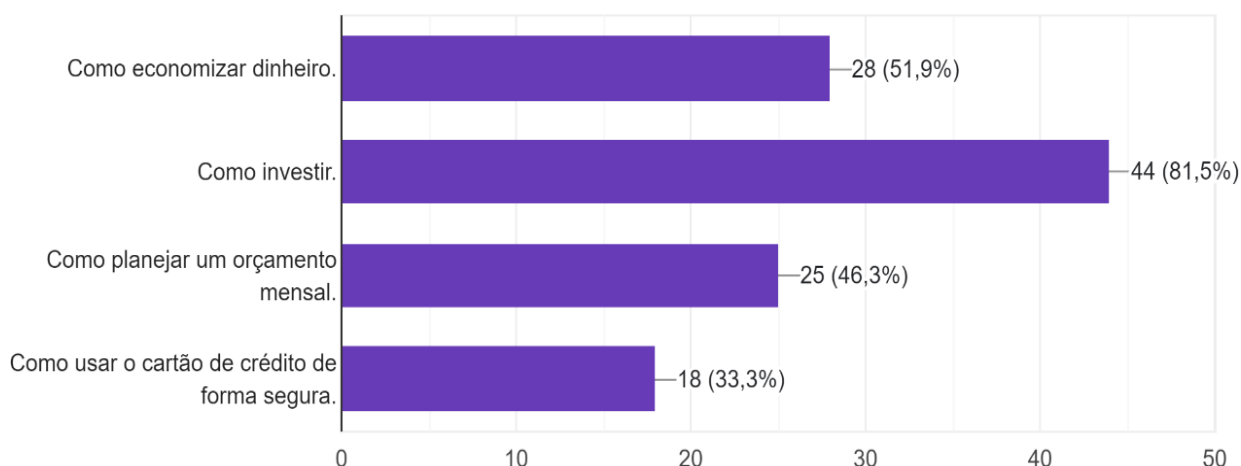
Fonte: As autoras, 2024

Esses resultados reforçam a necessidade de aprofundar o ensino de educação financeira nas escolas, com um foco maior em temas práticos, como investimentos. O alto nível de interesse demonstrado pelos alunos é um indicativo de que eles reconhecem a importância desse conhecimento para o seu futuro financeiro e, por isso, se mostram abertos a aprender mais sobre como gerir melhor suas finanças.

Sabendo do interesse dos alunos em aprender a investir, foi questionado também se eles possuem objetivos financeiros de curto ou longo prazo, como a compra de um celular, uma viagem, ou guardar dinheiro para a faculdade. A essa questão, a maioria dos alunos, 87%, respondeu que sim, indicando que possuem metas financeiras. Apenas 13% dos alunos afirmaram não ter esses objetivos.

Para finalizar o questionário, foi perguntado quais tópicos os alunos têm interesse em aprender sobre finanças e educação financeira. Como pode ser visto no Gráfico 9, a maior parte dos alunos, 81,5%, manifestou interesse em aprender como investir, seguido de 51,9% que desejam aprender como economizar dinheiro. Outros 46,3% dos alunos estão interessados em planejar um orçamento mensal, enquanto 33,3% gostariam de saber como usar o cartão de crédito de forma segura.

Gráfico 9 - O que tem interesse de aprender na educação financeira



Fonte: As autoras, 2024

É evidente que os alunos, em sua maioria, demonstram interesse e já possuem algum conhecimento sobre educação financeira. A curiosidade e o desejo de aprender como investir e gerir suas finanças pessoais refletem uma necessidade crescente de implementar programas mais sólidos de educação financeira nas escolas. Isso fortaleceria a formação dos estudantes, capacitando-os para tomar decisões financeiras mais conscientes e evitar o endividamento no futuro.

Além disso, é importante ressaltar que, embora a maioria dos alunos demonstre interesse e conhecimento básico, o papel das instituições de ensino e das famílias é fundamental para consolidar esses conceitos e transformá-los em hábitos que serão levados para a vida adulta. Políticas públicas voltadas para a educação financeira desde os anos iniciais da escola são essenciais para garantir que esse conhecimento seja disseminado de forma equitativa, preparando os jovens para um futuro financeiro mais seguro e consciente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o ensino de educação financeira nas escolas, investigando se as instituições de ensino estão preparando os alunos de forma adequada para lidar com questões financeiras no futuro. Através de uma análise detalhada, em publicações e em observações junto ao ambiente escolar, foi possível notar como a educação financeira tem sido tratada e as lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

Durante a pesquisa bibliográfica, foram estudados os conceitos fundamentais de educação financeira e sua importância no currículo escolar. Constatou-se a falta de ênfase no ensino de finanças nas escolas, o que acarreta um déficit significativo de conhecimento nos alunos. A ausência desse conhecimento pode impactar negativamente a vida futura dos estudantes, levando-os a problemas financeiros como endividamento, inadimplência e dificuldade em planejar financeiramente suas metas.

Além disso, o trabalho permitiu a compreensão de conceitos importantes como taxa de juros, juros simples e compostos, aplicações financeiras e planejamento financeiro. Esses tópicos são essenciais para capacitar os indivíduos a tomar decisões informadas, seja na hora de aplicar ou investir seu dinheiro. Uma base sólida em educação financeira pode mudar a maneira como os alunos gerenciam suas finanças, promovendo a construção de um futuro financeiro mais saudável e seguro.

O trabalho também ressaltou a relevância de ferramentas tecnológicas, como aplicativos de gestão financeira, que oferecem uma variedade de funcionalidades para auxiliar os usuários a organizar e planejar suas finanças de maneira prática e eficiente. Esses aplicativos permitem desde o controle de despesas e receitas até o planejamento de metas financeiras, monitoramento de investimentos e lembretes de pagamentos. A utilização dessas ferramentas no ambiente educacional pode auxiliar o aprendizado e incentivar os alunos a aplicarem os conceitos financeiros no seu dia a dia, promovendo uma relação mais consciente e estruturada com o dinheiro.

Através do estudo de caso realizado com alunos em idade escolar, foi possível analisar como a educação financeira está sendo implementada. Os

resultados do questionário aplicado indicaram que, embora muitos alunos tenham algum conhecimento sobre o tema, ainda há falhas na inserção de conteúdos relacionados à finanças no currículo escolar de forma sistemática e eficaz. Isso revela a necessidade urgente de se incluir a educação financeira como parte da formação dos alunos, para que eles possam desenvolver competências nessa área desde cedo.

Conclui-se, portanto, que a educação financeira é essencial no contexto educacional brasileiro. É necessário que todas as instituições de ensino incorporem esse conteúdo, visando formar cidadãos financeiramente conscientes e capazes de gerenciar essas questões pessoais com responsabilidade. A inclusão efetiva da educação financeira no currículo escolar pode contribuir para a redução dos índices de endividamento, por exemplo, e inadimplência entre jovens e adultos, preparando-os para desempenhar um papel ativo na sociedade e na economia.

## REFERÊNCIAS

APB. Associação Portuguesa de Bancos. Revista Educação Financeira. Disponível em: [http://www.apb.pt/content/files/Revista\\_Educao\\_Financeira.pdf](http://www.apb.pt/content/files/Revista_Educao_Financeira.pdf) Acesso em 20 mai. 2024.

ARGÔLO, P. S. de. Educação financeira na sala de aula: uma proposta metodológica para o ensino da matemática no ensino médio. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas) Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2018.

ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S. YOUNG, S. M. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária 2023. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 24 maio 2024.

BANCO CENTRAL. Taxa SELIC. 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic> Acesso em 1 set. 2024.

BANCO DO BRASIL. Conheça o investimento em CDB. 2023. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/investimentos/cdb/> Acesso em 3 set. 2024.

BARREIROS, F. A. M. Projeto de investimento: uma análise estratégica a partir do conceito de cadeia de suprimentos. Dissertação (Engenharia de Produção) Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

BCB. Banco Central do Brasil. Entenda o juro. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/entendajuro> Acesso em 20 mai. 2022.

BORGES, P. R. S. A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos. Trabalho de conclusão de curso (Matemática) Universidade Estadual do Paraná, Apucarana, 2013.

BORNATTO, G. Matemática financeira. 2016. Disponível em: [http://www.mat.ufpb.br/sergio/provas/magp/Matematica\\_financeira\\_Gilmar\\_Bornatto.pdf](http://www.mat.ufpb.br/sergio/provas/magp/Matematica_financeira_Gilmar_Bornatto.pdf) Acesso em 15 mai. 2024.

BRAGGIO, P. L. A tecnologia a favor das finanças. 2021. Disponível em: [https://pedrobraggio.com.br/a-tecnologia-favor-das-financas/#4\\_aplicativos\\_de\\_controle\\_financeiro\\_pessoal](https://pedrobraggio.com.br/a-tecnologia-favor-das-financas/#4_aplicativos_de_controle_financeiro_pessoal) Acesso em 10 abr. 2024.

CERBASI, G. Como organizar sua vida financeira. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Proporção de endividados e inadimplência crescem em março, afirma CNC. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/proporcao-de-endividados-e-inadimplencia-crescem-em-marco-afirma-cnc/>. Acesso em: 24 maio 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). 2024. Disponível em: <https://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic>. Acesso em: 24 maio 2024.

CORDEIRO, M. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. Ensino da matemática em debate, v.5, n.1, São Paulo, 2018.

COSTA, H. T.; CRUZ, S. A. da. Tipos de investimento: os investimentos mais realizados. 2016. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/541/1/TIPOS%20DE%20INVESTIME>

NTO%20OS%20INVESTIMENTOS%20MAIS%20REALIZADOS.pdf> Acesso em 25 mai. 2024.

D'AQUINO, C. de. O que é educação financeira? Disponível em: [http://www.educfinanceira.com.br/conteudo.asp?id\\_conteudo=2](http://www.educfinanceira.com.br/conteudo.asp?id_conteudo=2) Acesso em 15 mai. 2024.

DEBIT. CDI – Certificado de Depósito bancário, 2024 Disponível em: <https://www.debit.com.br/tabelas/cdi> Acesso em 4 set. 2024.

EDUMAT. Juros simples e compostos. 2016. Disponível em: <https://edumat.ouropreto.ifmg.edu.br/wp-content/uploads/sites/12/2016/08/apostila-matematica-financeira-02-JUROS-E-DESCONTOS-SIMPLES-cassio-SEM-ESPA%C3%87OS.pdf> Acesso em 3 set. 2024.

FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK. Quarterly Report on Household Debt and Credit.2024. Disponível em: <https://www.newyorkfed.org/microeconomics/hhdc.html>. Acesso em: 24 maio 2024.

FEDERAL RESERVE BANK OF ST. LOUIS. Delinquency Rate on Consumer Loans, All Commercial Banks (DRCLACBS). 2024. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/DRCLACBS>. Acesso em: 24 maio 2024.

FELISBINO, D. L. S. Importância da educação financeira no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

FERREIRA, V. R. M. Psicologia econômica: origens, modelos, propostas. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, V. Avaliação de projetos de investimento: Elaboração de um estudo de viabilidade econômico-financeira. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

GRANADO, N. I.; SCHINEIDER, I. J. Matemática financeira: alguns elementos históricos e contemporâneos. Zetetike – FE – UNICAMP, v.18, n.33, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo,2024. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html> Acesso em 5 set. 2024.

INFOMONEY. LCI e LCA: guia completo para começar a investir. 2022; Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/lci-lca/> Acesso em 5 set. 2024.

IVANOWSKI, L. de O. Finanças pessoais: estudo de caso com alunos de ciências contábeis da Universidade de Brasília / Lucas de Oliveira Ivanowski – Brasília, DF, 2015.

KASSAI, J. R.; SANTOS, A.; NETO, A.; CASANOVA, S. Retorno de investimento: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. São Paulo: Atlas, 2000.

LACOMBE, F. Teoria geral da administração. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEITÃO, V. Gestão financeira pessoal: O que é e como a tecnologia pode ser sua aliada nesse processo. 2021. Disponível em: <https://www.idinheiro.com.br/financaspessoais/tecnologia-e-gestao-financeira-pessoal/> Acesso em 10 nov. 2023.

LOBO, R. Importância da educação financeira; Conceito Zen, 2019. Disponível em: <https://www.conceitozen.com.br/importancia-da-educacao-financeira.html> Acesso em 10 mai. 2024.

MINHAS FINANÇAS. Aplicativo minhas finanças – página no facebook. 2024. Disponível em: [https://www.facebook.com/MinhasFinancasApp/photos\\_by?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/MinhasFinancasApp/photos_by?locale=pt_BR). Acesso em 1 set. 2024.

MOBILLS. Assuma o controle de suas finanças de forma definitiva. 2023. Disponível em: [https://www.mobills.com.br/pricing/?utm\\_source=google&utm\\_medium=search&utm\\_campaign=pt-brl\\_brand\\_pro&utm\\_content=blindagem-de-marca&gclid=CjwKCAiA0syqBhBxEiwAeNx9N\\_hn0ydLx52FbVAg0BAvjSUR9tDTnxYKOQnXQxtnxQRfvCGMIxTLiRoCqHAQAvD\\_BwE](https://www.mobills.com.br/pricing/?utm_source=google&utm_medium=search&utm_campaign=pt-brl_brand_pro&utm_content=blindagem-de-marca&gclid=CjwKCAiA0syqBhBxEiwAeNx9N_hn0ydLx52FbVAg0BAvjSUR9tDTnxYKOQnXQxtnxQRfvCGMIxTLiRoCqHAQAvD_BwE) Acesso em 10 nov. 2023.

MORA, M. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf> Acesso em 12 mai. 2024.

NEGRI, A. L. L. Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora. 73 f. Dissertação (Mestrado em educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo: UNISAL, Americana, 2010.

NUBANK. O que é criptomoeda? Para que ela serve? Entenda de uma vez. 2024. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-criptomoeda/> Acesso em 5 set. 2024.

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2013. BRASIL: Implementando a estratégia nacional de educação financeira. Disponível em: [https://www.oecd.org/finance/financial-education/G20\\_OECD\\_NSFinancialEducation.pdf](https://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf). Acesso em: 20 mai. 2024.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). 2015.

ORGANIZZE. Controle financeiro pessoal com toda praticidade que a planilha não te oferece. 2024. Disponível em: <https://www.organizze.com.br/> Acesso em 5 set. 2024.

PINTO, E. P. da C.; ROCHA, M. D. Importância da educação financeira na infância. 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/9380/1/ERNANE.pdf> Acesso em 15 mai. 2024.

PORTAL DO INVESTIDOR. Ações. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/tipos-de-investimentos/acoes/o-que-e-uma-acao> Acesso em 3 set. 2024.

PROEDU. Juros compostos. 2018. Disponível em: [https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/584/Aula\\_06.pdf?sequence=6&isAllowed=y](https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/584/Aula_06.pdf?sequence=6&isAllowed=y) Acesso em 30 ago. 2024.

RIBEIRO, A. C. A contribuição da educação financeira para o planejamento da aposentadoria. Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento, ano 7, ed. 3, v.1, 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/planejamento-da-aposentadoria> Acesso em 10 mai. 2024.

RODRIGUES, F. M. et al. A importância da diversificação como estratégia de investimento em mercados financeiros. XII SEGeT, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/28822392.pdf> Acesso em 4 set. 2024.

RUFINO, M. Estresse financeiro na qualidade de vida no trabalho dos servidores em uma instituição pública de ensino superior no estado de Roraima. Tese (Doutorado em Matemática) Rio de Janeiro, 2019.

SAMPAIO, H. R. Básico em finanças pessoais. 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430564/2/Apostila%20B%C3%A1sico%20em%20Finan%C3%A7as%20Pessoais.pdf> Acesso em 11 mai. 2024.

SANTOS, J. de A.; TOFOLI, E. T.; SILVA, I. C. da. A importância do planejamento financeiro para o sucesso das micro e pequenas empresas. Colloquium Socialis, Presidente Prudente, v.2, n.especial, 2018.

SANTOS, L. A. dos. Educação financeira para crianças. 2018. Disponível em: <http://repositorio.fucamp.com.br/bitstream/FUCAMP/123/1/educacaofinanceiracrianças.pdf> Acesso em 15 mai. 2024.

SANTOS, R. B. dos. Como a tecnologia pode impactar a educação financeira. 2021. Disponível em: <https://mittechreview.com.br/como-a-tecnologia-pode-impactar-a-educacao-financeira/> Acesso em 10 mai. 2024.

SCAPIN, J.; KAMPHORST, C. H. Educação financeira e sua importância no ensino. IV Jornada Nacional de Educação Matemática, Universidade de Passo Fundo, 2012. Disponível em: <http://anaisjem.upf.br/download/de-228-scapin.pdf> Acesso em 14 mai. 2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas. Guia de boas práticas em finanças pessoais: educação financeira infantil. 2014. Disponível em: <https://www.sebraeprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2012/09/Educa%C3%A7%C3%A3o-Financeira-Infantil-09-10-2014-espelhada.pdf> Acesso em 20 abr. 2024.

SILVA, C. T. C. da; LEVINO, N. de A.; SANTOS, A. M. A. dos. Conceitos elementares para gestão financeira pessoal. In: LEVINO, N. de A.; SANTOS, A. M. A. dos (org.)

Finanças pessoais para iniciantes. Maceió: Edufal, 2019.

SILVEIRA, J. M. da.; MONTOITO, R. A influência da educação financeira na vida das crianças: um estado do conhecimento da produção científica brasileira no período de 2018 a 2020. Revista Insignare Scientia, v.5, n.5, 2022.

TAVARES, C. S. L.; PILÃO, V. A importância de ensinar educação financeira nas escolas. Cadernos Intersaberes, Curitiba, v.2, n.44, 2023.

TEIXEIRA, L. C. A educação financeira no Brasil. 2019.

Disponível em:

[https://www.academia.edu/39306878/A\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_FINANCEIRA\\_NO\\_BRASIL](https://www.academia.edu/39306878/A_EDUCA%C3%87%C3%83O_FINANCEIRA_NO_BRASIL) Acesso em 25 mai. 2024.

TESOURO DIRETO. Guia do Investidor, 2020. Disponível em:

[https://www.tesourodireto.com.br/data/files/E2/42/01/AE/BBB1D6102F2671D6894D49A8/Guia\\_Investidor.pdf](https://www.tesourodireto.com.br/data/files/E2/42/01/AE/BBB1D6102F2671D6894D49A8/Guia_Investidor.pdf) Acesso em 3 set. 2024.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Projeto Educação Financeira para toda a Vida. I Olimpíada Brasileiro de Educação Financeira. 2019. Disponível em:

<https://security.ufpb.br/educacaofinanceira/contents/menu/opef-1/i-obef> Acesso em: 23 mai. 2024.

VENTURA, C. L. Análise de investimentos de renda variável: uma ponte entre a teoria e a prática. Dissertação (Mestrado em Administração) FGV/EAESP, São Paulo, 2000.

VIANNA, R. M. Matemática financeira. Salvador: UFBA, 2018.

ZRUEL, B. Eu vou te ensinar a ser rico: três passos simples para quitar as dívidas em doze meses e construir a sua liberdade financeira. São Paulo: Ed. Gente, 2016.